



CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA - 8ª REGIÃO

NOTA TÉCNICA CRP08 Nº 1/2024

PROCESSO Nº 570800132.000027/2024-20

Orienta profissionais de Psicologia sobre o uso de linguagem inclusiva na atuação da Psicologia com a população trans e não binária

1. INTRODUÇÃO

Esta Nota tem por objetivo orientar profissionais de Psicologia sobre o uso de linguagem inclusiva na atuação com pessoas trans e não binárias, explicitando como a linguagem deve ser utilizada de modo a não reproduzir violências contra essas populações. A Nota está organizada na seguinte forma:

- contextualização sobre linguagem, linguagem inclusiva, linguagem neutra, neolinguagem, introdução dos conceitos de gênero, transfobia, exorsexismo, nome social e saúde mental da população trans e não binária;
- dispositivos legais que fundamentam este documento;
- orientações técnicas sobre o uso da linguagem; d) referências.

Indica-se também o acesso ao Glossário de Direitos Humanos do CRP-08 para a elucidação de alguns termos recomendados ou não recomendados, o que pode auxiliar na leitura desta Nota.

2. ANÁLISE

Linguagem e sociedade

Quando seres humanos nascem, são inseridos em um mundo no qual muitas coisas, aparentemente, já estão dadas, como, por exemplo, a linguagem. Para o linguista Marcos Bagno (2014, p. 59), linguagem é “todo e qualquer sistema de signos empregados pelos seres humanos na produção de sentido, isto é, para expressar sua faculdade de representação da experiência/conhecimento”. Conforme a pessoa cresce e se socializa, vai aprendendo palavras e introjetando regras gramaticais que, posteriormente, pode aprender de modo mais estruturado pelo ensino da língua na escola, por meio da gramática normativa. Esse formato de aprendizado, baseado em decorar normas, não possibilita uma reflexão crítica sobre a linguagem como algo que é histórica e socialmente construído. Porém, para Sílvia Lane (1995, p. 32), a origem da linguagem humana foi uma forma cooperativa de lidar com a necessidade de transformar a natureza e garantir a sobrevivência do grupo social. Assim, a linguagem, enquanto produto de uma coletividade, reproduz os conhecimentos e valores associados a práticas sociais que se cristalizaram, e replica determinadas perspectivas de mundo.

A linguagem é um elemento que permeia e até mesmo possibilita as relações, estabelecendo uma comunicação acerca de coisas, pessoas, locais, intenções, prerrogativas e desejos. Desse modo, ela possibilita a construção da relação simbólica do indivíduo com o mundo, influenciando também as relações de poder. Para Bourdieu (1989), a língua é um sistema simbólico pelo qual uma cultura expressa e reafirma seus valores, exercendo ela mesma um poder simbólico, isto é, um poder invisível que só pode ser exercido com a cumplicidade de quem não quer saber que está a ele sujeito ou que o exerce, conscientemente ou não.

Toda língua tem uma história, tem uma origem e sofre transformações constantes, influenciadas pelos elementos da realidade na qual essa língua acontece e pela vida experienciada pelas pessoas que fazem uso dela. Ainda que apresente considerável estabilidade, a língua se transforma conforme se transformam as pessoas, as relações e a sociedade.

O linguista Ferdinand de Saussure aponta a diferença entre língua e fala (chamada de corte saussureano): língua é o lado social da linguagem, com convenções sociais e, portanto, mais constante e estruturada; fala é seu aspecto individual e, conseqüentemente, mais variável, a partir de combinações que o sujeito falante realiza com base no código da língua (Noble, 2017, p. 15). O signo linguístico (união do conceito - significado - com sua imagem sensorial - significante) é estabelecido coletivamente; assim, é no coletivo que a linguagem se faz, sendo, portanto, um fato social. Para o linguista Émilie Benveniste, é preciso considerar a subjetividade nos estudos de linguagem, pois, na enunciação, a pessoa realiza um ato individual de pôr a língua em movimento, isto é, mobiliza a língua por sua conta, colocando a pessoa como sujeito da língua. Assim, a linguística superou a divisão saussureana entre língua e fala, passando a compreender a língua como um fato sociocognitivo, isto é, que existe no cérebro dos indivíduos, mas que depende das interações sociais.

Desse modo, “a linguagem reproduz a realidade, mas [...] a realidade se reproduz por meio da linguagem” (Noble, 2017, p. 19). O sujeito falante e a materialidade que constitui a língua possuem uma ligação inseparável e, dessa forma, os signos não possuem conceitos intrínsecos, dependendo e variando com o contexto sócio-histórico, demandando análise das condições de produção da língua para que ela possa ser compreendida. A língua é viva e mutante, e os sentidos não existem em si mesmos, aprioristicamente, para além das relações.

A relação entre ser humano e linguagem é explicada por Bagno (2014, p. 11) ao afirmar que

somos seres feitos de carne, osso e linguagem. Estamos mergulhados na linguagem tanto quanto os peixes estão mergulhados na água. A linguagem é o **ambiente** em que vivemos, e até mais do que isso: nossa experiência com a linguagem é ainda mais radical do que a do peixe com a água, porque a água existe *fora do peixe*, enquanto a linguagem existe tanto fora de nós, no nosso meio social, quanto dentro de nós, no nosso **cérebro**.

Essa relação entre a linguagem e quem a usa é tão intrínseca a ponto de poder-se afirmar que “a língua não existe, mas que só existem indivíduos que falam” (Corbeil, 2001, citado por Bagno, 2014, p. 21). Essa afirmação se refere ao fato de a língua não ser um objeto concreto, mas um comportamento linguístico manifestado concretamente por uma série de ruídos que se sucedem no tempo, expressos pela boca de uma pessoa (no caso da linguagem oral, sendo diferente no caso das línguas de sinais), reconhecidos por outra e apreendidos por uma capacidade de teorização e passando a ser compartilhado enquanto recurso comunicativo.

A língua é constituída pelas pessoas que a falam e, do mesmo modo, o sujeito se constitui pela linguagem, em um processo que é, ao mesmo tempo, individual e social, pois a vida humana se constrói na sociedade, da qual a língua é peça fundamental. A língua contém a sociedade e a interpreta, permeia e constitui, sendo um veículo identitário. Quanto ao aspecto social da linguagem, Bagno (2014, p. 14) aponta que ela é um trabalho social empreendido coletivamente por todos os membros da comunidade linguística (conjunto das pessoas que utilizam um mesmo sistema linguístico), sendo que cada indivíduo não é apenas usuário da língua, mas também seu produtor, preservador e transformador. Assim, a língua está sujeita a “fluxos, influxos e contrafluxos políticos, econômicos e sobretudo culturais dessa comunidade”, pertencendo a cada falante individualmente, mas também enquanto membro de um grupo social que compartilha uma mesma cultura e suas múltiplas subculturas. Desse modo, pode-se afirmar que língua é contexto, não havendo separação entre língua, seu uso, quem fala e onde fala. É a interação social que modela a capacidade de linguagem de quem a usa.

A concepção discursiva da língua aponta que o sujeito é afetado por três ordens: a linguagem, a ideologia e o inconsciente. É a ideologia que leva o sujeito a interpretar o discurso de um modo e não de outro (Noble, 2017, p. 22). Aqui, ideologia pode ser compreendida como a produção de evidências, que coloca o

indivíduo na relação com suas condições materiais de existência, permeando a relação da pessoa com o mundo, em todos os seus âmbitos, incluindo a linguagem. É comum que apenas alguns discursos sejam entendidos como sendo "ideológicos". Porém, todo discurso veicula uma ideologia (perspectiva de mundo e de sujeito), mesmo que não seja facilmente identificada, pois é próprio da ideologia buscar assegurar que suas premissas sejam tidas como evidentes, naturais. Assim, a ideologia funciona justamente quando dissimula seu funcionamento. As formações discursivas compõem a formação ideológica, determinando o que pode ou não pode e o que deve ou não deve ser dito, pois a comunicação é carregada de valores.

Devido ao modo como a língua é ensinada, geralmente por meio exclusivamente da gramática normativa, é comum a compreensão (limitada) de que uma língua é um produto dado e acabado, com um conjunto de regras fixas e arbitrárias a serem decoradas e repetidas, e que tudo o que seja diferente disso seria um "erro". Esse aprendizado formal acrítico gera uma concepção da língua como apartada da realidade vivida pelas pessoas falantes e contribui para uma alienação da compreensão de si como produtoras da realidade, percebendo as configurações sociais como se fossem dadas, estabilizadas, e não construídas e em constante transformação. Esse formato de ensino também leva à reprodução de muitos mitos, como o de que a língua é homogênea e estanque, transmitindo a concepção errônea de que a língua "é", sendo que, na verdade, a língua sempre "está" (Bagno, 2014, p. 23). Nesse sentido, Bagno (2014, p. 25) afirma que "toda descrição linguística (como a dos dicionários e das gramáticas) é sempre provisória, vale por algum tempo, mas logo tem de ser revisada e refeita para acompanhar os ininterruptos processos de mudança".

Com relação à gramática, cabe mencionar que a gramática normativa (prescritiva) não é a única existente na língua, pois, em linguística, gramática se refere ao conjunto de regras que "falantes acionam para, falando, construir sua identidade social de... falantes daquela língua" (Bagno, 2014, p. 62), incluindo os conhecimentos intuitivos e inconscientes. Assim, todas as gramáticas são limitadas e nenhuma (especialmente a normativa) dá conta de compilar todas as regras gramaticais de uma língua.

A perspectiva equivocada da língua enquanto sinônimo das regras apresentadas na gramática normativa leva à compreensão de que as variações, por exemplo, regionais, seriam desvios indesejados e contribuições desnecessárias e sem valor, figurando a língua coloquial em posição hierárquica inferior à língua culta formal. Assim, o modelo idealizado de língua apaga o valor dos usos reais e da pluralidade humana e a multiplicidade das sociedades e culturas, considerando que as diferenças no uso da língua não se dão apenas no nível regional, mas também conforme aspectos de classe, idade, escolaridade, profissão, religião, enfim, uma amplitude de fatores.

Os estudos linguísticos valorizam a riqueza das variações no uso da língua como patrimônios culturais, compreendendo que cada variante possui sua própria lógica gramatical. Para Bagno (2014, p. 40), "cada língua humana revela um modo muito particular de simbolizar o mundo, um experimento bem-sucedido de dar conta das tarefas cognitivas de um grupo social, um ambiente cultural específico para o desenvolvimento da vida de muitas pessoas", assim como um veículo de transmissão dos saberes daquela comunidade. Assim, o desejo de unidade linguística reflete um desejo de hegemonia cultural e política.

Silvia Lane (1995, p. 33) traz ainda que

Esta análise nos permite apontar para uma função da linguagem que é a mediação ideológica inerente nos significados das palavras, produzidas por uma classe dominante que detém o poder de pensar e 'conhecer' a realidade, explicando-a através de 'verdades' inquestionáveis e atribuindo valores absolutos de tal forma que as contradições geradas pela dominação e vividas no cotidiano dos homens são camufladas e escamoteadas por explicações tidas como verdades 'universais' ou 'naturais', ou, simplesmente, como 'imperativos categóricos' em termos de 'é assim que deve ser'.

Dentro dessas explicações ideológicas dadas como verdades universais ou naturais, podem-se apontar as relações de gênero e a dominação masculina, tema que será desenvolvido mais adiante.

Para a pessoa falante da língua, tais questões linguísticas parecem sem importância, cabendo apenas compreender como a língua está naquele determinado momento e seu funcionamento (chamado em Linguística de eixo sincrônico da língua, ou sincronia). Essa postura é compreensível e justificável para o senso comum, pois essa é a única realidade tangível que se apresenta de forma imediata para o sujeito falante. Como a língua pertence a todas as pessoas que dela fazem uso, que a preservam e a transformam, as pessoas também se sentem legitimadas a opinarem sobre a língua (atividade chamada de epilinguagem). Entretanto, é preciso diferenciar os entendimentos do senso comum, que podem ser legítimos em seu contexto, e os entendimentos científicos, que muitas vezes fornecem conhecimentos que contrariam as percepções do senso comum e são contraintuitivos. Enquanto o senso comum se baseia em crenças, estereótipos, superstições, mitos, preconceitos, "opiniões que resistem durante muito tempo a toda reflexão crítica, de questionamento, porque [...] acabam sendo consideradas como 'naturais', quando de fato são resultado de uma longa construção cultural" (Bagno, 2014, p. 29), o conhecimento científico é sempre provisório, sendo (e devendo ser) constantemente reavaliado, criticado, com investigações empíricas e metodologias controladas, fazendo avançar o estado do saber de sua área de investigação. Cabe ainda mencionar que não existe neutralidade científica, sendo a ciência também permeada pela ideologia, conforme explicado anteriormente. A escolha do objeto e do método de pesquisa sempre carregam os valores de quem pesquisa, consciente ou inconscientemente. Quanto menos explícitos ou evidentes tais valores estiverem, mais seus processos de construção social foram ocultados por parte da ideologia dominante, que busca naturalizar seus paradigmas.

Quando se aborda o conhecimento científico da língua (atividade empreendida pela Linguística), não é possível parar no âmbito sincrônico: é necessário estudar também o eixo diacrônico da língua (ou diacronia), que abrange as mudanças que a língua sofre, seu percurso evolutivo, a língua enquanto produto de sucessividades e transformações ao longo do tempo, e os diferentes fatores que possibilitam ou levam a tais alterações. Assim, "a cada instante, a linguagem implica ao mesmo tempo um sistema estabelecido e uma evolução: a cada instante, ela é uma instituição atual e um produto do passado" (Carvalho, 2014, p. 21).

Com relação às mudanças na língua, elas podem ocorrer pelos mais diferentes motivos. A língua portuguesa já passou por diversas reformas ortográficas, que são transformações impostas e motivadas por diferentes questões ideológicas e políticas (Aguar, 2007). No total, foram cinco reformas em Portugal e quatro no Brasil: em 1907 (até então, escrevia-se deshonra, falla e orthographia para desonra, fala e ortografia, por exemplo), 1943 (que alterou a grafia de casos como architectura para arquitetura, commercio para comércio, alumno para aluno, caza para casa, entre outros), 1971 (que fez apenas alterações de acentuação, como mudando de êle para ele, êsse para esse, sôzinho para sozinho, e afins), 1990 (com diversas alterações, como, por exemplo, extinguindo o trema, colocando algumas letras de dígrafos como facultativas - o g em gd, como em amígdala, o t em tm, como em aritmética -, alterando o uso de hífen, como de microondas para micro-ondas), tendo esse último entrado em vigor em caráter obrigatório em 2016.

Além das alterações propostas por decreto, a Linguística compreende que mudanças podem ocorrer na língua normalmente, devido a fatores socioculturais, que podem ser divididos em: geográficos (variações diatópicas), históricos (variações diacrônicas), sociais (variações diastráticas, envolvendo questões geracionais, de classe social, contato linguístico, entre outras), variações entre língua falada e escrita (diamésicas) e entre diferente graus de monitoramento, contextos ou estilos (diafásicas).

Uma dessas importantes forças de variação da língua é o contato linguístico, quando duas línguas interagem e realizam intercâmbios, podendo levar a diferentes mudanças nas duas línguas, nos níveis fonológico, morfossintático e lexical. Geralmente, esse processo ocorre em territórios de fronteira ou quando uma população passa por migração, expulsão de seu território, invasão, colonização, escravização, entre outros. No Brasil, o português sofreu forte influência dos povos indígenas originários e dos povos africanos trazidos pelo tráfico escravista. Com relação às variações do português pelo contato com os povos africanos, Lélia Gonzalez (2020, p. 115) traz o termo "pretuguês" para demarcar a africanização do português brasileiro, abrangendo o caráter tonal e rítmico das línguas africanas e a omissão de certas consoantes, principalmente no final de palavras ou sílabas (como nas apócorpes "falá" e "dizê", para "falar" e "dizer"), assim como a dissolução de encontros consonantais (como pronunciar "fulô" para "flor"), além de uma infinidade de contribuições lexicais (Castro, 1983).

Apesar de essas diversas formas de variação serem comuns a todas as línguas (mesmo as comunidades isoladas apresentam mudanças linguísticas), é comum ocorrer uma ordenação valorativa entre as variações, que reflete a hierarquia entre os diferentes grupos sociais, isto é, o poder e a autoridade que possuem nas relações sociais, políticas e econômicas. Dentro das diversas variedades da língua, uma acaba sendo definida como preferível às demais, por critérios culturais, políticos, econômicos e ideológicos, não por qualidades linguísticas intrínsecas. A variedade padrão (ou "norma culta") é aquela relacionada ao uso da língua por parte de grupos de maior prestígio social, expressando um ideal de homogeneidade em relação à realidade concreta das variações linguísticas, sendo historicamente definida (por exemplo, podem-se encontrar as palavras "dereito", "despois", "frecha", e afins, na carta de Pero Vaz de Caminha, de 1500). As mudanças que se originam nas classes dominantes tendem a sofrer menor preconceito e serem menos estigmatizadas (Cavalcante, 2022, p. 89). Porém, a concepção de que haveria uma variedade superior a outra se trata de um preconceito linguístico, que envolve a não aceitação da diversidade linguística, a

desqualificação ou rejeição de certas variedades. Essa concepção preconceituosa justifica a exclusão e o bloqueio do acesso a bens sociais, tratando-se de imposição da cultura dos grupos detentores do poder por meio da língua, pois "a motivação para falar de um outro modo é sempre social" (Alkmin, 2001, p. 43) e motivada por alguma necessidade humana - ainda que o preconceito social desqualifique a legitimidade de tais necessidades.

Essa variedade padrão, Faraco (2008, p. 94) chama de "norma curta", pois ela apequena a língua e sua riqueza, reduzindo-a a um padrão idealizado, dogmático, que tenta se impor como unívoco e absoluto, historicamente buscando combater as variedades populares em nome de uma unidade de idealização das identidades nacionais (Nascimento, 2019, p. 12), e ainda confundindo as opções e possibilidades das variações com imposições, como ela mesma tenta fazer. Dessa forma, tratar como equivalentes as noções de língua e norma padrão é um reducionismo conceitual. Ainda, Bagno (2003) nomeia a variedade padrão de "norma oculta", buscando explicitar que ela esconde o jogo social de discriminação e dominação presente nos usos linguísticos.

Assim, embora a tradição educacional negue a pluralidade no universo da língua e não aceite que a norma culta seja uma das diversas variedades possíveis no uso da língua, o preconceito não se dá exatamente pelas diferenças linguísticas (pois a própria norma culta sofre variações), mas sim pelas diferenças sociais que elas refletem (Bagno, 2003; 2015). É importante compreender que todas as variações linguísticas constituem a impressão da identidade de uma comunidade linguística à língua, podendo carregar elementos fundamentais no processo de formação identitária e desenvolver sentimento de pertença, fazendo com que a questão identitária também passe pela linguística.

Além das variações socioculturais, as mudanças também podem ocorrer devido a fatores sociocognitivos, envolvendo a) economia linguística: mudanças que buscam facilitar a articulação na fala devido à configuração articulatória, fisiológica e cognitiva humana, como, por exemplo, as mudanças do latim "arena" para o português "areia", de "rostrum" para "rosto", de "sedere" para "ser"; b) gramaticalização: quando a intensidade do uso por falantes altera a gramática, como o uso da palavra "mais" - que originalmente indicava adição - com sentido adversativo na linguagem poética levou ao surgimento da forma "mas"; o uso de metáforas, como a palavra "caso", que originalmente significava "caído" e passou a significar algo que acontece, assim como a diferença entre "ser" e "estar" no português, que derivam do latim "sedere" - sentar e "stare" - estar de pé; e ainda a palavra "você", derivada de uma sequência de erosões fonéticas do pronome "Vossa Mercê"; e c) analogia: quando falantes da língua regularizam formas irregulares com base em formas mais regulares e frequentes, como a alteração da conjugação de verbos como impedir e despedir, que se conjugavam "eu impido", "eu despido", passando a ser "eu impeço", "eu despeço", por analogia à conjugação do verbo "pedir", com o qual não possuem parentesco etimológico. Esses são apenas alguns exemplos bastante simplificados sobre tais fenômenos, cuja exposição mais detalhada extrapola o objetivo da presente nota.

Em adição a variações espontâneas como as expostas, pode ainda haver pressões para que alterações ocorram, a partir das mais diferentes motivações, desde contato com outros idiomas até mudanças sociais com objetivos, por exemplo, evitar discriminações (Possenti, 2022, p. 32). Para Ilari (2004, p. 25), a língua contém a memória viva - e, às vezes, contraditória - "de um número incontável de problemas de conceitualização e de soluções que foram tentadas, passaram pelo crivo das coletividades e dos falantes e permaneceram como patrimônio comum", ao mesmo tempo em que "está à procura de meios para expressar experiências que assumiram uma importância nova para o grupo social que a fala", isto é, o estado da língua em um dado momento histórico traz um saldo de recursos para lidar com demandas da vida daquela e naquela sociedade, com flexibilidade para se transformar conforme as questões mudarem e demandas novas surgirem.

Assim, afirma Bagno (2014, p. 116) que as mudanças linguísticas são inevitáveis, podendo ser "aceleradas, retardadas ou até revertidas de acordo com fatores socioculturais, sociolinguísticos e sociocognitivos. Mas a reversão é muito rara: na grande maioria dos casos, a mudança segue em frente". Para o linguista, as instituições que tentam cercar as alterações na língua conseguem apenas atrasar, por mais ou menos tempo, a mudança linguística, porém jamais conseguir impedi-la totalmente ou para sempre, pois os fatores sociocognitivos são mais fortes do que outras forças sociais institucionalizadas. Desse modo, fica evidente que as variações e a diversidade linguística não são um problema, uma ameaça à língua, mas sim uma realidade linguística. A Linguística compreende que tais mudanças mantêm a língua viva, pois é o constante processo de transformação (lexical, sintática) que garante a evolução da língua conforme as necessidades da comunidade linguística (conjunto de falantes), adaptando-se a língua para dar conta das novas realidades e demandas. Para Possenti (2022, p. 32), na língua, "as mudanças são um fato e [...] os próprios defensores da imutabilidade as incorporaram, mesmo que não o percebam".

Nesse sentido, considerando que a língua é viva, que reflete relações de poder e que se transforma conforme se transforma a sociedade, existem ações que buscam ativamente transformar a língua, desinvisibilizando as relações de poder nela escondidas e invisibilizadas. Uma dessas variações é a linguagem neutra, que busca evitar o uso de palavras com flexão de gênero, isto é, palavras que remetam ao gênero feminino ou masculino, preferindo palavras neutras (tais como: pessoas, sujeitos, indivíduos), evitando ainda o uso do masculino universal ou masculino genérico. A linguagem neutra faz uso de palavras e estruturas já existentes no idioma, propondo substituições que são inclusivas a todas as pessoas, independentemente de seu gênero. Antes de aprofundar sobre as questões da linguagem neutra, convém explicar sobre o masculino genérico ou universal.

Denomina-se masculino genérico o uso do gênero gramatical masculino nos casos: para uma referência não específica a seres humanos; em enunciados nos quais fala-se de alguém cujo gênero é desconhecido ou ignorado no momento da enunciação; em referência a um coletivo de pessoas que tenha pelo menos um homem; quando há objetos inanimados ou demais palavras nos dois gêneros gramaticais (Mäder; Moura, 2023, p. 43-44). Apesar de essa ser a regra da gramática normativa, é possível observar no contexto coloquial alguns usos de feminino no sentido coletivo, influenciados por fatores extralinguísticos. É frequente, por exemplo, encontrar o uso da palavra "enfermeiras" para se referir ao coletivo de profissionais da Enfermagem (que não é composto 100% por mulheres), ao passo que dificilmente se encontra a palavra "médicas" para se referir ao coletivo de profissionais da Medicina. Neste tipo de caso, o uso "gramaticalmente incorreto" (conforme a gramática normativa) é justificado com elementos extralinguísticos (como estatísticas indicando que há mais mulheres do que homens na Enfermagem), que deveriam ser ignorados caso fosse seguida a gramática normativa indiscutível e de forma descontextualizada - o que raramente ocorre, pois a comunicação é influenciada por um número muito maior de fatores.

A língua portuguesa vem do latim, no qual havia três gêneros gramaticais: masculino, feminino e neutro. No latim, o gênero neutro não era empregado para seres humanos (com pouquíssimas exceções), sendo usado para grande parte dos objetos inanimados e da natureza. Para os demais casos apontados acima quanto ao masculino genérico, o gênero masculino já era usado desde então (Mäder; Moura, 2023, p. 60). No latim clássico, os paradigmas flexionais de palavras masculinas e neutras eram semelhantes nos casos genitivo, dativo, ablativo e acusativo singular, sendo diferentes apenas nos casos nominativo, vocativo e acusativo plural, sendo que era comum o uso do masculino ou feminino em palavras de gênero neutro. Conforme o filósofo e estudioso da língua latina Marco Terêncio Varrão (116 a.C. - 27 d.C.), os gêneros gramaticais no latim eram atribuídos conforme o uso e o costume (Valenza, 2010, p. 85-86). Isso significa que os critérios para atribuição de gênero às palavras nunca foram puramente linguísticos e sempre incluíram motivações semânticas e pragmáticas. Isso explica por que algumas palavras passaram a ter gêneros diferentes nas línguas derivadas do latim (como sangue ou leite, que são masculinas em português e femininas em espanhol). Por fim, a extinção do gênero neutro latino passou ainda por erosão fonética, tornando-se praticamente igual ao masculino na maioria dos casos, e, em menor incidência, alguns nomes neutros plurais coincidiram com algumas formas no feminino (como, por exemplo, a palavra "folia" - folhas, plural de "folium" - folha, nos casos nominativo, vocativo e acusativo). Alguns resquícios do gênero neutro latino ainda se encontram em palavras como "isto", "isso" e "aquilo".

Em revisão bibliográfica a respeito do uso do masculino genérico em linguagens gendradas, Redl *et al.* (2022) trazem diversos estudos neurológicos, realizados entre 1996 e 2021, a respeito do processamento e os efeitos cognitivos do uso do masculino universal para a compreensão e interpretação, demonstrando que palavras masculinas não são interpretadas como incluídas em termos de gênero (isto é, representando todos os gêneros ou pessoas como um todo), mas sim que elas levam a uma inferência enviesada para o gênero masculino. Assim, diversas pesquisas neurológicas respaldam o que os estudos de gênero vêm propondo desde a década de 1970: que o uso do masculino universal e o androcentrismo na linguagem são uma ferramenta de propagação do sexismo e precisam ser alterados para que se avance no sentido da equidade de gênero.

Há diversos exemplos em que a palavra no masculino tem uma conotação positiva ou neutra, enquanto que sua versão feminina tem uma conotação negativa, de condenação moral, geralmente quanto à sexualidade: aventureiro/aventureira, pistoleiro/pistoleira, galo/galinha, cão/cadela, touro/vaca, homem da vida/mulher da vida, entre muitas outras (Moura; Mäder, 2022, p. 20-21). Nesse sentido, é possível observar que a reversão de gênero gramatical, isto é, quando palavras na forma masculina são aplicadas a mulheres e vice-versa, pode ter três funções: a) depreciativa: quando uma mulher é tratada no masculino para ofendê-la, mas mais comumente quando um homem é tratado no feminino para ofendê-lo, associando-o a características tidas como femininas, buscando ofender sua masculinidade e/ou questionar sua sexualidade; b) aproximativa: buscando criar um senso de camaradagem e intimidade, sendo mais comum o uso de palavras masculinas para se referir a mulheres, como os usos coloquiais de "mano", "rapaz", "velho" (ou sua forma metaplasma "véi"), e menos comum o

uso de palavras femininas com homens; ou c) apreciativa: a fim de elogiar, valorizar ou realçar o status social da pessoa referida, ocorrendo quase exclusivamente com o uso de palavras masculinas para mulheres e praticamente inexistente no sentido contrário (Moura; Mäder, 2022). As características da reversão de gênero gramatical explicitam a valorização do masculino em detrimento do feminino em seu uso.

Desse modo, pode-se compreender que, mesmo que o gênero que se compreende como masculino da linguagem possa ser considerado gramaticalmente como a forma não marcada de gênero ou morfema zero (\emptyset) (sendo o -o uma vogal temática, e não desinência de gênero) - pois supostamente gênero gramatical não seria equivalente a gênero/sexo -, a questão é que restringir-se a esse entendimento teórico é pensar na linguagem como apartada da realidade em que ela acontece, em um vácuo, como se as questões socioculturais, psicológicas, políticas, históricas, geográficas, antropológicas, etnográficas etc. simplesmente não existissem e não embelessem a linguagem de valores, conotações e intenções. Assim, "a conotação de um morfema não é uma questão de língua, mas de discurso, o que implica postular que ela está ligada ao uso, sempre contextual e historicamente situado" (Possenti, 2022, p. 35). Diversos grupos minorizados socialmente têm apontado para a importância de se marcar e nomear o sujeito que vem sendo considerado como universal - isto é, em termos étnico-raciais, não nomear apenas as pessoas negras e indígenas, mas também as pessoas brancas; em termos de identidade de gênero, não nomear apenas as pessoas trans e não binárias, mas também as pessoas cisgêneras. Analogamente, em termos de gramática, aponta-se para a importância de superar a equivalência entre neutro e masculino, deixando este de ser uma forma não marcada.

A proposta da linguagem neutra parte de um entendimento de que a violência simbólica de gênero é perpetrada também por meio da linguagem. Em manual da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), que discute os usos neutros de gênero nas línguas desde a década de 1980, encontra-se o entendimento de que há "uma crescente conscientização de que a linguagem não apenas reflete nosso modo de pensar: ela também o molda" (Unesco, 1999, p. 04, tradução nossa). A desinvisibilização das relações de poder referente ao gênero na linguagem também está em plena concordância com os debates que vêm sendo realizados pela Associação Brasileira de Linguística (Abralin).

A proposta de linguagem sem marcação de gênero pode ser encontrada com diferentes nomenclaturas e diferentes sentidos ou propostas. A denominação de linguagem neutra (de gênero) ou linguagem não sexista diz respeito à sintaxe neutra e envolve basicamente o não uso de palavras, expressões ou construções gramaticais gendradas, optando por formas neutras existentes na língua portuguesa, como, por exemplo, pessoa (em vez de homem ou mulher), humanidade, categoria (em vez de psicólogos ou psicólogas), discentes e docentes (em vez de alunos/as e professores/as), evitando usar artigos sempre que possível, e estratégias afins. Esse formato, além de ser inclusivo, pode ser aplicado em plena conformidade com a norma padrão, podendo assim ser utilizado em contextos formais, como é o caso da presente Nota.

Um outro formato é a linguagem inclusiva, que abrange a atenção não apenas às questões de gênero, mas também quanto ao uso de termos racistas, capacitistas, preconceituosos e discriminatórios de qualquer tipo. É comum que, no uso da linguagem inclusiva, o gênero seja marcado, aparecendo em formas como "todos e todas", ou mesmo "todos, todas e todes", com a inclusão do gênero neutro (ou genérico, conforme Freitag, 2022, p. 59) na forma de neolingüagem.

Dentro da linguagem neutra, existem novas variantes que propõem alterações e adições à língua, e são chamadas de neolingüagem. Um exemplo é a criação de um terceiro gênero gramatical, o gênero neutro, fazendo uso da desinência de gênero -e não apenas para abranger as pessoas com identidade de gênero não binária, mas também para superar o masculino genérico, sendo usado o gênero neutro para se referir a coletivos compostos por pessoas de gêneros diferentes. Para Cavalcante (2022, p. 90), em termos linguísticos, o uso do morfema -e para marcar o gênero neutro não apresenta nenhum problema que infrinja regras do sistema do português, podendo ser considerado como uma marcação válida.

A neolingüagem propõe ainda a criação de novos pronomes para além do masculino e feminino, buscando incluir no campo da linguagem as pessoas que não se identificam dentro desse binarismo de gênero. Esse conceito será explicado na sequência, porém cabe apontar que existem diversos neopronomes pessoais, mas os mais conhecidos na língua portuguesa são elu e ile. A neolingüagem ou linguagem não binária não se trata de uma proposta de abolir os gêneros masculino e feminino, mas sim de permitir que as pessoas que não se identificam com esses gêneros também possam ser contempladas no nível do discurso, superando ainda a equivalência entre masculino e neutro. Por isso, a proposta da neolingüagem engloba apenas seres humanos, não se estendendo para objetos inanimados, por exemplo.

Atualmente, não existe uma proposta completa e acabada de gramática da neolingüagem, sendo que a proposta mais elaborada é o Guia para Linguagem Neutra, de Ophelia Cassiano (2023). Ainda que a neolingüagem não intencione "obrigar" todas as pessoas a dela fazerem uso, mas sim possibilitar que quem deseja usá-la possa fazê-lo, a neolingüagem vem provocando reações muitas vezes desproporcionais, principalmente por parte de pessoas que não são estudiosas da linguagem. As propostas de mudanças linguísticas feitas por grupos minoritários, tais como a neolingüagem, levam a questionamentos quanto a quem se sente confortável com a língua como está e também quanto a quem ela contempla e abrange em seu estado atual. Ademais, tais mudanças provocam reflexões acerca de quem se sente de fora, e quais experiências e vivências a linguagem, nos moldes correntes, não dá conta de descrever e englobar. A quem interessa que algumas identidades e experiências não possam ser expressadas e permaneçam fora do alcance do que é comunicável? Quais são os interesses por trás do cerceamento da autoexpressão de alguns grupos marginalizados?

Nos últimos anos, alguns projetos de lei contrários à linguagem neutra vêm sendo apresentados. Esse não se trata de um debate linguístico, mas sim uma disputa de sentidos sobre o que significam alguns conceitos como neutralidade, ideologia, gênero, inclusão, assim como quais grupos podem ser incluídos na linguagem (e, conseqüentemente, falar e serem falados sobre). Essas ações de política linguística refletem tentativas de aniquilação de algumas existências que fogem da normatividade. Esse debate explicita como "a língua é revestida de poder simbólico" (Oliveira, 2022, p. 190). A Abralin vem se posicionando publicamente contrária a projetos de lei dessa espécie desde 2021.

Não existe entidade soberana que decide e delibera sobre questões gramaticais. A Academia Brasileira de Letras (ABL), instituição literária, de direito privado, possui tão somente a atribuição legal de produzir o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP), convencionando a forma gráfica das palavras. Porém, a maior parte das pessoas que compõem e têm composto a ABL não são linguistas ou estudiosas da língua, não possuem formação na área e muitas sequer possuem ensino superior.

Linguagem como fator relevante para a saúde de pessoas trans e não binárias

A presente Nota se refere à saúde mental da população trans e não binária. Para adentrar nessa temática, faz-se necessário apresentar a definição de alguns conceitos a esse respeito.

Gênero pode ser compreendido como uma categoria normativa criada em cima das diferenças anatômicas aparentes, principalmente quanto à genitália. O entendimento social de gênero é construído em cima de binarismos, como macho e fêmea; homem e mulher; e masculino e feminino. O sistema de gênero binário, sua compreensão e afirmação são produtos de transformações sociais históricas que dividiram as sociedades colonizadas em masculino e feminino, além de criarem uma hierarquia entre papéis e identidades, forjando a dominação androcêntrica colonizadora. Os corpos, como pivô dessas disputas, foram utilizados para balizar e naturalizar a superioridade de um gênero sobre o outro. Tal sistema binário é fundado, assim, em uma generalização das experiências identitárias (ser homem ou mulher) e no ancoramento do gênero no sexo, mais especificamente na genitália externa. Assim, naturaliza-se como verdade que todo corpo que possui pênis é masculino e todo corpo que possui vulva é feminino.

A normatividade de gênero se dá no sentido de criar uma suposta continuidade entre anatomia, subjetividade, expressão e sexualidade, estabelecendo uma cadeia causal sexo-gênero-desejo, como se a anatomia obrigatoriamente determinasse todo o resto. Porém, o próprio entendimento de anatomia nessa normatividade é limitado, restringindo-se mais especificamente à genitália externa, pois a maior parte das pessoas não tem acesso a, por exemplo, uma sexagem genética. Assim, a normatividade divide a anatomia em duas possibilidades (binarismo): macho/fêmea, homem/mulher, a partir da genitália externa, desconsiderando a existência das diversas possibilidades intersexo, que envolvem variações genitais, gonadais, cromossômicas, hormonais. Desse modo, observa-se que a ideologia binarista de gênero chega a negar a realidade material dos corpos intersexo para se impor, sendo, portanto, anterior ao conceito de sexo, e não posterior, como o senso comum erroneamente supõe. Gênero é, portanto, uma questão social, cultural, histórica, portanto, ideológica, apresentada como biológica, sendo parte da produção cognitiva da modernidade (Lugones, 2020, p. 73).

Intersexo é a pessoa cujo corpo não se enquadra nas limitadas definições de sexo feminino ou masculino, podendo abranger características físicas, cromossômicas e/ou hormonais, em um conjunto amplo de possíveis variações. Anteriormente, usava-se o termo hermafrodita, que não deve mais ser usado para se referir a humanos. O oposto desse conceito é endossexo ou perissexo. Diversos fatores influenciam no que seria a definição de um "sexo oficial" de uma pessoa:

cromossomos, gônadas, morfologia externa, morfologia interna, padrões hormonais, fenótipo, sexo designado, e aquele que a própria pessoa designa a si mesma. Atualmente, os cromossomos e as genitálias são parte dessa designação, mas de tal maneira que conseguimos ver como a biologia é uma interpretação e é, por ela mesma, cirurgicamente construída. [...] Com frequência, indivíduos intersexuais são convertidos, cirurgicamente e hormonalmente, em machos ou fêmeas.

[...] O dimorfismo sexual é uma característica importante para aquilo que chamo 'o lado iluminado/visível' do sistema de gênero moderno/colonial (Lugones, 2020, p. 63-64).

Apesar de as pesquisas sobre intersexualidade estarem avançando significativamente, grande parte de profissionais da Medicina ainda mantém ideias normativas sobre a aparência genital, realizando mutilações genitais em bebês e crianças pequenas para que se enquadrem na inteligibilidade do binarismo de gênero (Connell; Pearse, 2015; Pires, 2018; Vieira *et al.*, 2021). Apesar da persistência dessa prática, tem-se, no campo do Direito, o Provimento nº 122, de 13 de agosto de 2021, permitindo o registro de "sexo ignorado" para bebês com genitália atípica ou indefinida, e, a qualquer momento, a pessoa ou responsável pode optar pela alteração do sexo e prenome (Conselho Nacional de Justiça, 2021).

Contextualizando historicamente, até o final da Renascença, a noção de anatomia era isomórfica, isto é, a compreensão anatômica era a de que homens e mulheres possuíam os mesmos órgãos sexuais, com a diferença de que os órgãos das mulheres eram internos enquanto dos homens eram externos. Esse período é, assim, marcado por um entendimento unissexual sobre os corpos (Medrado; Lyra, 2008; Lugones, 2019). Assim, compreende-se que as diferenciações de gênero precedem as diferenciações baseadas em características biológicas socialmente atribuídas ao homem e à mulher, isto é, foi construída uma normativa de gênero e aplicada, em seguida, aos corpos. As condições sociais de ser homem ou ser mulher produziram uma hierarquia, destacando o homem como o "ser perfeito" em detrimento da mulher.

A partir da diferenciação dos corpos por meio dos estudos anatômicos nas ciências naturais do ocidente, a hierarquização de gênero existente foi acentuada, subjugando completamente o "feminino" ao "masculino". Os discursos sexistas se acirraram, a ponto de as mulheres serem consideradas menos inteligentes por apresentarem um crânio menor. As desigualdades se aprofundaram e a noção de gênero foi completamente ancorada nos órgãos sexuais reprodutores. Assim se forjou o binário homem-masculino-pênis e mulher-feminino-vagina (Bento, 2008).

Desse modo, gênero pode ser compreendido como "a estrutura de práticas reflexivas do corpo por meio das quais corpos sexuais são posicionados na história" (Connell, 2016, p. 16), não se tratando de "um diálogo, exterior ao tempo, entre o biológico e o simbólico", mas "um vasto processo formativo na história, ao mesmo tempo criativo e violento, no qual corpos e culturas estão igualmente em jogo e são constantemente transformados, às vezes até sua destruição" (Connell, 2016, p. 34).

Ainda, gênero é uma estrutura social referente a uma relação específica com os corpos. Não se trata de uma expressão da biologia, mas sim um padrão nos arranjos sociais, centrado na arena reprodutiva, referindo-se "ao jeito com que as sociedades humanas lidam com os corpos humanos e sua continuidade e com as consequências desse 'lidar' para nossas vidas pessoais e nosso destino coletivo" (Connell; Pearse, 2015, p. 47-48).

Nesse sentido, tem-se que identidade de gênero se refere à experiência subjetiva quanto ao gênero com o qual a pessoa se identifica, podendo também não se identificar com gênero algum (agênero) ou com mais de um (dentro do guarda-chuva da não binariedade). A binariedade de gênero diz respeito à classificação colonial dos corpos considerando a diferenciação aparente da genitália externa, classificando os indivíduos em homens (pessoas possuidoras de pênis) ou mulheres (pessoas não possuidoras de pênis e possuidoras de vulvas). Assim, a não binariedade é um termo guarda-chuva usado para se referir à pessoa que não se identifica exclusivamente com o gênero feminino ou masculino, "podendo ter uma identificação parcial, neutra, fluida ou divergindo completamente dessa classificação binária de homem ou mulher" (Bogdanovicz; Santos, 2024, p. 108).

A identidade trans compreende aquela pessoa que se identifica ao longo de sua vida com outra identidade de gênero que não aquela que lhe foi atribuída arbitrariamente ao nascimento. Essa atribuição de gênero costuma ser feita levando em consideração apenas algumas características físicas aparentes do feto ou bebê. Ocorre então que, com o passar do tempo, a pessoa pode se identificar ou não com o rótulo que foi atribuído a ela. Quando a pessoa se sente em conformidade com essa designação, ela é uma pessoa cisgênero, cissexual ou simplesmente cis. Caso contrário, trata-se de uma pessoa transgênero, transexual ou trans. A pessoa trans pode ou não se identificar com o binário homem ou mulher, feminino ou masculino. Pode se identificar como mulher trans, homem trans, travesti, transfeminina, transmasculina ou mesmo não binária, entre outras possibilidades.

O sistema binário de gênero, restrito ao masculino/feminino, apaga a existência histórica de identidades múltiplas e ancestrais que não se encaixavam dentro desse binarismo, como, por exemplo, *berdaches*, *cuđinas*, *muxes*, *hijras*, *tybyra*, *aredu imedu*, entre tantas outras (Bogdanovicz; Bernardino, 2023). Isso apaga a existência de pessoas trans e não binárias, cujas identidades também não se enquadram na imposição deste binário.

Identidades trans e não binárias são encontradas nas mais diferentes culturas e épocas históricas, sendo parte legítima da rica diversidade humana. O sistema de gênero pode ser considerado uma imposição moderna colonial devido ao fato de que povos colonizados se organizavam a partir de diferentes cosmologias e pressupostos ontológicos, com papéis de gênero que apresentavam maior fluidez e transitoriedade em suas posições, identidades que divergiam ou fogiam do binômio mulher/homem, ou mesmo sem um sistema de gênero institucionalizado (Curiel, 2020; Oyèwùmí, 2020; Bogdanovicz, 2023, p. 34).

Diante dos processos históricos de transformação dos conceitos de sexo e gênero, somados aos processos de invasão colonial, a diversidade de gênero sofreu uma tentativa de aniquilação histórica. O projeto colonial tentou fundamentar o mundo em seu sistema de monocultura em detrimento da diversidade. Os territórios foram invadidos, mas as subjetividades também. Os valores coloniais foram impostos como universais. Tudo o que se opunha às suas verdades era negatizado (Núñez, 2021). Assim, embora essa diversidade de identidades seja ancestral, o processo de colonização de territórios, subjetividades e corpos resultou em uma tentativa de aniquilamento da pluralidade de gênero para garantir a dominação de alguns corpos (Vergueiro, 2016).

Esses processos estabeleceram como padrão do que é "aceitável", "normal" e "naturalizado" que as pessoas que possuem vulva sejam mulheres e de que pessoas que possuem pênis sejam homens, com a adição de que sejam heterossexuais. Tal naturalização e imposição do que é o "padrão normal" é chamado de cis-heteronormatividade. Assume-se que todas as pessoas serão cisgêneras e heterossexuais. Ou seja, que irão se identificar com o gênero que lhe foi atribuído ao nascer com base em sua genitália externa e que irão se atrair sexualmente por pessoas do gênero considerado "oposto". É comum que o conceito de identidade de gênero seja confundido com o de orientação afetivo-sexual, que diz respeito à atração sexual ou afetiva que a pessoa sente por outra(s), abrangendo o gênero por quem sente atração e também a frequência ou modo. Assim, identidade de gênero abrange a noção de si, sobre quem se é, enquanto orientação afetivo-sexual fala sobre por quem se atrai.

Há uma amplitude de possibilidades de orientações sexuais e afetivas, sendo chamada de heterossexualidade a atração pelo gênero considerado oposto; homossexualidade a atração pelo mesmo gênero; bissexualidade a atração pelo mesmo gênero e por gênero diverso; pansexualidade a atração por pessoas, independentemente de seu gênero; assexualidade a não atração por nenhum gênero, entre outras. Apesar da diversidade das possibilidades de identidades e afetos, pessoas que fogem à cis-heteronormatividade foram ao longo dos séculos consideradas pecaminosas, demonizadas, suas existências foram criminalizadas e, posteriormente, patologizadas. E ainda são. A violência contra os direitos dessas pessoas continua. Tal violência atravessa em várias camadas os corpos e existências LGBTQIAPN+. Nomeia-se como transfobia todo e qualquer tipo de violência, seja ela física, verbal, institucional ou psicológica, contra pessoas que se autoidentificam como trans. Já as violências e discriminações contra pessoas que se autoidentificam como não binárias são nomeadas de exorsexismo.

A imposição da cis-heteronormatividade faz uso de conceitos morais advindos de religiões monoteístas e também pseudocientíficos e erroneamente ditos "naturais", para impor a procriação compulsória, como mecanismo de disciplina para garantia de prole e mão de obra para o desenvolvimento capitalista (Abreu, 2022, p. 324), assim como para manutenção da dominação do sujeito tido como universal (isto é, aquele que não precisa nomear suas características - homem, cisgênero, branco, endossexo, sem deficiências, de classe média/alta).

No que diz respeito ao sujeito universal, Letícia Nascimento (2021, p. 101) tece um paralelo com a afirmação de Frantz Fanon de que, na relação entre branquitude e negritude, as pessoas brancas sofrem de uma psicose, que as faz se constituírem em uma lógica de superioridade e destituírem as pessoas negras de sua humanidade. Analogamente, o mesmo ocorre com as relações de gênero e a cisgenderidade diante das identidades trans. As identidades que não são

adjetivadas ou nomeadas carregam em si uma obviedade implícita, como se as demais identidades fossem inferiores, falsas, artificiais ou performáticas. No que diz respeito ao gênero, a congruência pênis/gênero masculino e vulva/gênero feminino é validada socialmente e reforçada por dispositivos de poder-saber (Nascimento, 2021, p. 98), como os discursos médico-psiquiátricos, os poderes judiciário e legislativo, os discursos religiosos, a grande mídia, naturalizando assim as relações de poder e dominação que constituem o sistema de gênero e invisibilizando a ideologia que o sustenta e permeia.

Desse modo, compreende-se que a colonialidade de gênero intenta limitar a diversidade humana a partir de uma lógica de classificação binária e hierarquização que ignora a realidade plural dos corpos e subjetividades, assim como as diferentes organizações e vivências de gênero dos mais diferentes povos originários (Bogdanovic, 2023, p. 131-132). A diversidade humana de gênero é ampla e contempla pessoas trans, não binárias ou mesmo identidades originárias que fogem à cis-heteronormatividade imposta pela colonização.

Parte das experiências identitárias trans e não binárias passa por adaptações subjetivas sobre a linguagem. Isto é, pode envolver uma identificação com nomes e pronomes de tratamento diferentes daqueles que foram impostos à pessoa no seu nascimento, junto com a imposição de qual deveria ser seu gênero. Cabe ressaltar que nem toda pessoa trans ou não binária vai se identificar ao longo de sua vida com um nome ou pronomes diferentes, pois pessoas trans e não binárias são diversas entre si. Também é possível que a pessoa não se identifique com pronome nenhum, devendo então ser referida sempre por seu nome.

Para aquelas pessoas que em algum momento se identificam com outro nome e pronomes de tratamento ao longo de sua vida, é comum que essas pessoas chamem o nome com o qual foram registradas no nascimento de “nome morto” ou “nome falecido”. Nem toda pessoa fica confortável de falar esse “nome morto”, por se relacionar ao gênero imposto. Perguntar e insistir em saber o “nome morto” de alguma pessoa trans ou não binária significa gerar uma violência subjetiva nessa pessoa ao reiterar uma imposição que desrespeita sua subjetividade. Saber o “nome morto” de alguém não é necessário e sua curiosidade não deve ser motivo para cometer uma violência, não sendo justificável. Cabe destacar que tal violência é considerada crime de transfobia, sendo enquadrada na Lei nº 7.716/89, que trata dos casos de injúria racial, segundo determinação do Supremo Tribunal Federal, em 2019.

Algumas pessoas que mudam seu nome adotam, inicialmente, o chamado “nome social”, com o qual elas devem ser reconhecidas. Tais pessoas também podem optar por retificar seus documentos de registro civil. O governo brasileiro oferece identidades com campo de “nome social” e, nesse caso, a pessoa ainda permanece com o nome com o qual foi registrada no nascimento. Mas a pessoa trans ou não binária também pode modificar o nome com o qual foi registrada no nascimento por completo, diretamente nos cartórios de registro civil. A portaria do SUS nº 1.820/2009 também estabelece o direito ao nome social da população trans no sistema de saúde brasileiro. A decisão sobre retificar ou não os documentos é de escolha da pessoa, e seu nome escolhido deve ser respeitado e utilizado independentemente de sua situação documental.

Em relação ao trabalho da categoria da Psicologia, é importante destacar a necessidade de elaboração de documentos psicológicos para pessoas trans ou não binárias, que pode acontecer em diversas situações. Na elaboração de documentos que possam envolver judicialização, por exemplo, o nome de registro da pessoa deverá ser colocado. Se tal situação envolver uma pessoa que não tenha seu nome de registro retificado, indica-se a utilização do nome social em destaque no campo de identificação, seguido do nome de registro entre parênteses e o número do seu documento oficial. Ao se referir à pessoa no corpo do texto do documento psicológico, seu nome social e pronomes de tratamento deverão ser respeitados.

A respeito dos pronomes de tratamento e desinências, cabe destacar que cada pessoa tem o direito de autodeterminar seus pronomes e desinências, bem como sua identidade de gênero e o nome com o qual se identifica. Pode ser que alguma pessoa trans ou não binária se identifique com pronomes ele ou ela, mas também com neopronomes, como *elu*, *ile* ou *éle*, e se utilize da desinência *-e*. Tratar uma pessoa trans ou não binária por nome, pronomes ou com desinência diferentes daqueles com que se identifica significa violentar sua subjetividade, sua identidade e direito de existência. O Conselho Federal de Psicologia estabelece, em sua Resolução 001/2018, o respeito à autoidentificação, nomes e pronomes de pessoas trans.

Com relação à saúde mental de pessoas trans e não binárias, pesquisas apontam que essas populações apresentam altos índices de depressão e ideações suicidas. Segundo o Índice Instituto Cactus-Atlas de Saúde Mental (iCASM) de 2023, medido de 0 a 1000 pontos em relação aos dados coletados sobre a situação da saúde mental no Brasil, a população trans tem em média 445 pontos, 190 pontos abaixo da média nacional (635 pontos) e 193 pontos abaixo da média de pessoas cisgêneras (638 pontos). Embora ainda não haja dados oficiais e detalhados sobre a realidade brasileira, estudos em outros países demonstram que, em comparação com pessoas cisgêneras, as populações trans e não binárias apresentam cerca de 5 a 7 vezes mais ideações suicidas e tentativas de suicídio (Garthe *et al.*, 2022; Testa *et al.*, 2017; Austin *et al.*, 2022; Kingsbury *et al.*, 2022; Chen *et al.*, 2019). Um desses estudos, realizados no Canadá e nos Estados Unidos, evidenciou que microagressões em relacionamentos sociais, negligência familiar e rejeição social são fatores relevantes para as ideações e tentativas de suicídio de adolescentes entre 14 e 18 anos (Austin *et al.*, 2022).

Uma pesquisa realizada na *Seattle Children's Gender Clinic*, clínica que realiza acompanhamento multiprofissional de pessoas trans e não binárias em Seattle, acompanhou 104 pessoas trans e não binárias com idades entre 13 e 20 anos e destacou em seus resultados que suporte e intervenções afirmativas, como bloqueio de puberdade e hormonização, diminuíram a incidência de depressão moderada a grave em 60%, bem como diminuíram as chances de suicídio em 73% em um período de acompanhamento de um ano (Tordoff *et al.*, 2022). Outro estudo realizado nos Estados Unidos com pessoas não binárias demonstrou que essa população possui menos apoio social, no geral (Baum *et al.*, 2012). Em contraponto, outras pesquisas demonstram que fatores como apoio social da família, de amigos, entre outros relacionamentos seguros, sentimentos de acolhimento e pertença são importantes diferenciais para a saúde da pessoa trans ou não binária (Alanko; Lund, 2020; Austin *et al.*, 2022; Pflum *et al.*, 2015; Gower *et al.*, 2018; Taliáferro *et al.*, 2019). Em especial, a rede de apoio segura fortalece a pessoa no enfrentamento dos desafios e violências impostos pela cis-heteronormatividade colonial, que infelizmente podem fazer parte do seu cotidiano.

As taxas que demonstram alta incidência de depressão, ansiedade e ideação suicida entre a população trans e não binária não se devem por essas pessoas sofrerem a respeito de suas próprias identidades ou alguma questão intrínseca a elas, mas sim por serem populações sistematicamente excluídas e marginalizadas socialmente, além de serem violentadas das mais diversas formas. O Censo Trans (2021), elaborado pela Rede Nacional de Pessoas Trans, evidencia altas taxas de violência e de marginalização da população trans brasileira. Neste censo, 74,1% das pessoas entrevistadas relataram terem sofrido algum tipo de violência ou discriminação em relação à sua identidade de gênero em serviços de saúde, 67,7% foram expulsas de lugares públicos e 85,1% relataram ter sofrido alguma violência verbal. O Dossiê sobre os assassinatos e violências contra pessoas trans, elaborado pela ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Benevides, 2023), destacou que, pelo 14º ano consecutivo, o Brasil lidera esse *ranking* mundial entre os países monitorados pela ONG *Transgender Europe* e o projeto *Trans Murder Monitoring*. Em 2022, foram 131 pessoas assassinadas e 20 suicidas. Esses são apenas alguns recortes dos processos violentos sofridos pelas populações trans e não binária. Assim, acreditar que o sofrimento dessas populações é derivado da própria identidade de gênero é um equívoco. Segundo Bruna Benevides (2018), secretária de articulação política da ANTRA,

São ideias sob um viés estigmatizante e patologizante, que ignoram os resultados positivos de uma transição em ambientes acolhedores, com apoio dos pais, amigos e familiares, acesso a tratamentos de saúde e acompanhamento nas questões de transição para quem deseja ou precisa, garantia de atendimento humanizado, respeito e uso de nome social e banheiro de acordo com a identidade de gênero das pessoas trans nos espaços sociais, são alguns dos fatores que podem vir a garantir a qualidade e melhora da saúde mental de nossa população.

Historicamente, as vivências e experiências sexuais, corporais e de gênero que fogem do padrão cis-heterossexual passaram por processos de patologização por parte das ciências psi, em especial, a Psiquiatria, a Psicologia e a Psicanálise (Foucault, 1988). A despeito disso, nas últimas décadas, essas ciências têm passado, ainda que de modo lento e parcial, por um processo de mudança em suas agendas de pesquisa e investigação. Se antes havia um interesse quase que exclusivo por compreender a origem do que definiam como “transtornos ou desvios sexuais”, agora diversas pesquisas têm voltado sua preocupação para a produção de um conhecimento comprometido com a transformação dos efeitos negativos da homo/transfobia na vida das pessoas LGBTQIAPN+. A positivação da agenda científica de pesquisa tem tido como resultado, por exemplo, a produção de práticas de cuidado conhecidas como afirmativas (Ruth; Santacruz, 2017) e, portanto, mais condizentes com a realidade de vida dessa população amiúde ainda marcada por processos de exclusão e violência cuja incidência gera sofrimento psíquico, mental e físico.

No interior das pesquisas e investigações científicas comprometidas com a saúde da população LGBTQIAPN+, o modelo teórico do estresse minoritário (Hendricks; Testa, 2012; Meyer, 1995, 2003, 2015) tem se destacado por conseguir produzir dados bastante consistentes de que essa população tende a desenvolver mais quadros clínicos de ansiedade, depressão, ideação suicida e comportamentos de risco quando comparada à população cis-heterossexual, em termos relativos (Bhambhani *et al.*, 2019; Blosnich *et al.*, 2020; Bränström; Pachankis, 2018; Donahue *et al.*, 2017; Dyar; Newcomb; Mustanski, 2019; Espelage; Merrin; Hatchel, 2018; Horvath *et al.*, 2018; Kralik; Skinner, 2018; Lefevor *et al.*, 2019; Morandini *et al.*, 2015; O'Brien *et al.*, 2018; Parra *et al.*, 2016; Puckett *et al.*, 2015; Tan *et al.*, 2020; Valdiserri *et al.*, 2019; Wallace; Santacruz, 2017; Weber; Dodge, 2018). A hipótese que sustenta as pesquisas orientadas por este

modelo teórico cuja formulação se ancora na chamada “grounded theory” é a de que o estigma, o preconceito e a discriminação a que a população LGBTQIAPN+ está sujeita em seu cotidiano produzem estresse e, ao produzir experiências estressantes, acarretam consequências psicológicas negativas para o desenvolvimento de sua autoestima e seu senso de integridade psíquica, assim como transformações fisiológicas que as predis põem ao desenvolvimento dos quadros clínicos citados. Aqui é importante dizer que a desagregação dos dados sobre o adoecimento mental da população LGBTQIAPN+, em termos de orientação sexual e identidade de gênero, revela que pessoas trans e não binárias têm índices de saúde mental piores quando comparadas a pessoas lésbicas, gays e bissexuais (Branquinho; Benedito; Ciasca, 2021; Giusti; Leite, 2021; Rahe; Diel, 2021; Testa *et al.*, 2017).

Por estar continuamente exposta a situações de preconceito e discriminação, a população LGBTQIAPN+ acaba por desenvolver o que se chama, no âmbito do modelo de estresse minoritário, de expectativa de rejeição. As discriminações também podem levar a pessoa a internalizar o preconceito, produzindo homo/transnegatividade. A homo/transnegatividade tende a gerar processos de ruminação psíquica através dos quais sentimentos e/ou pensamentos de carga negativa se prolongam e se intensificam, comprometendo a capacidade do sujeito de elaborar mentalmente as experiências vividas e diminuindo seu bem-estar subjetivo (Borders *et al.*, 2014; Galupo; Bauerband, 2016). Outra consequência comum decorrente dos processos discriminatórios é a ocultação da sexualidade e/ou da identidade de gênero, conhecida sociologicamente como “armário” (Sedgwick, 1990), para proteger sua integridade contra situações de desrespeito e violência, tendo por consequência a diminuição do senso de espontaneidade, pertencimento e aceitação, impactando também sua autoimagem e autoconceito (Pachankis; Goldfried; Ramrattan, 2008).

Por meio de estudos de correlação, experiências em laboratório, análise de dados observacionais e de indicadores de discriminação, tem-se conseguido demonstrar o efeito deletério da discriminação na saúde das pessoas, sobretudo, quando se torna uma experiência contínua, recorrente e crônica (Bastos; Faerstein, 2012). As experiências discriminatórias geram alterações psicofisiológicas como o aumento da frequência cardíaca, mudanças no padrão de respiração e o disparo de determinados hormônios na corrente sanguínea. A discriminação como fator de estresse tende a aumentar a produção do hormônio cortisol, cujo efeito a longo prazo é a redução da resposta inflamatória do sistema imunológico, tornando o sujeito mais vulnerável a doenças autoimunes, infectocontagiosas e alérgicas (Daruna, 2012; Straub, 2014). Achados em psiconeuroimunologia começam a sugerir que o estigma, o preconceito e a discriminação vivenciado pelas minorias sexuais e de gênero resultam em distúrbios do sono e desregulação imune (Christian *et al.*, 2021).

Além disso, os processos discriminatórios tendem a fazer com que a população-alvo do preconceito passe a não buscar os serviços de saúde. Já tendo vivido inúmeras situações de desrespeito em decorrência de suas identidades ou expressões de gênero, na maioria das vezes, desde a infância, pessoas trans e não binárias tendem a buscar menos os serviços de saúde por receio de terem que reviver situações de exclusão e violência passadas (Baldwin *et al.*, 2018). A chamada “barreira de acesso” contribui para que a saúde física da população LGBTQIAPN+ se deteriore, em especial a de pessoas trans e não binárias. Apesar da quase escassez de investigações sobre o acesso à saúde por parte da população LGBTQIAPN+ no Brasil, alguns estudos têm conseguido mostrar que a orientação sexual, a identidade de gênero e a caracterização sexuada do corpo tende a impactar negativamente o acesso, afastando essa população dos serviços de saúde (Calazans *et al.*, 2021). Pesquisa realizada nos EUA intitulada “When health care isn’t caring” (Lambda Legal, 2010) revelou que 56% das pessoas LGB participantes responderam que tiveram pelo menos uma experiência de discriminação ao tentar acessar serviços de cuidado e saúde, e o número chegou a 70% quanto à população trans e de gênero não conforme.

Com o intuito semelhante à teoria do estresse de minoria, outras pesquisas vêm trabalhando com o construto de “opressão internalizada” com o intuito de dar conta do impacto que as experiências de violência e discriminação baseada em gênero, raça, sexualidade, dentre outros marcadores sociais da diferença, têm tido na vida das pessoas por elas afetadas (Estrellado; Felipe; Celestial, 2022). A Psicologia do privilégio e da supremacia (Turner, 2021, 2023) tem aberto um campo de indagação a respeito das inúmeras violências praticadas pelas identidades hegemônicas cis-heteronormativas e suas consequências negativas para a saúde mental das identidades minoritárias. Já não se trata mais de indagar o que é a “homossexualidade” ou a “transsexualidade”, o que torna uma pessoa “homossexual” ou “transsexual”, como as ciências psi até então vinham fazendo desde o século XIX, mas de indagar a homofobia e a transfobia como estruturas sociais opressoras que produzem dor, sofrimento e adoecimento, em busca de um conhecimento psicológico que permita o desenvolvimento de competências culturais e clínicas para o respeito à diversidade. Essa Psicologia conhecida como multicultural, produzida, sobretudo, por pessoas latinas nos Estados Unidos (Gaztambide, 2019) e cuja inspiração decorre, ainda que em parte, do chamado pensamento da libertação na América Latina, sobretudo, o de Ignacio Martín-Baró (2017), busca se implicar num processo de descolonização (Quijano, 2005; Mignolo, 2003) da práxis psicológica (Comas-Díaz *et al.*, 2024; Gaztambide, 2024), respeitando as necessidades e demandas da população LGBTQIAPN+ e de outras populações-alvo dos processos históricos de normalização e controle.

Apesar disso, o preconceito e a discriminação também se fazem presentes no *setting* terapêutico e no atendimento com profissionais de Psicologia. Dados produzidos por pesquisas orientadas pelo conceito de microagressão, conceito atribuído ao psiquiatra Chester Middlebrook Pierce em sua apresentação de práticas de agressão racial que se acumulam no cotidiano de vida das pessoas negras (Sue; Spanierman, 2019), revelam a importância de uma práxis psicológica afirmativa como forma de promover acolhimento e bem-estar. As microagressões baseadas em gênero e sexualidade contra a comunidade LGBTQIAPN+ se constituem por microinvalidações, microinsultos e microataques, podendo assumir forma verbal, não-verbal e/ou ambiental (Sue; Spanierman, 2019). A patologização e a negação da violência a que a população LGBTQIAPN+ está sujeita, assim como o desrespeito aos nomes e pronomes das pessoas trans e não binárias, são formas de microagressões que aparecem na clínica de Psicologia com consequências negativas para a saúde (Anzani *et al.*, 2021; Fattoracci; Revels-Macalino; Huynh, 2021; Morris; Lindley; Galupo, 2020; Shelton; Delgado-Romero, 2011; Williams, 2020). O “*misgendering*”, prática de usar um pronome ou palavra que não reflete a identidade de gênero da pessoa, tende a reproduzir formas de discriminação decorrentes da normatividade cis-heterossexual, sejam elas intencionais ou não (Ansara; Hegarty, 2014; Cordoba, 2023). Por outro lado, a utilização do nome pelo qual a pessoa se reconhece, assim como a utilização dos pronomes de sua preferência e linguagem inclusiva neutra, tendem a produzir efeitos terapêuticos benéficos (De Graaf *et al.*, 2021; Goldberg *et al.*, 2019; Matsumo, 2019; Rosati *et al.*, 2022; Scandura *et al.*, 2019; Taylor *et al.*, 2018; Tordoff *et al.*, 2022). Isso porque a linguagem não é apenas uma ferramenta auxiliar na produção da identidade, mas é o lugar por excelência no qual a identidade do sujeito se constitui e no qual constrói sua inteligibilidade social (Zimman, 2017; Butler, 2023).

A utilização de nome, pronomes ou desinências diferentes daquelas com as quais a pessoa trans ou não binária se identifica também é uma manifestação da violência, da transfobia e do exorsexismo. É uma forma violenta de desqualificar e invalidar sua identidade e sua existência. A linguagem pode ser ferramenta de saúde, mas também pode ser instrumento de violação de direitos. Uma pesquisa realizada no Brasil, que teve como objetivo compreender os aspectos relacionados ao uso de nome social e retificação de documentos de pessoas trans e não binárias, concluiu que o respeito ao nome social e a possibilidade de retificação de prenome e gênero nos documentos oficiais contribuem para a afirmação da identidade dessas pessoas, bem como para sua qualidade de vida e saúde mental (Binotto *et al.*, 2024). Outro estudo, realizado pelo *National Center for Transgender Equality*, teve como objetivo evidenciar a relação entre saúde mental e o respeito ao nome social e pronomes, entrevistando 129 pessoas trans e não binárias, com idade entre 15 e 21 anos, nos Estados Unidos (Russell *et al.*, 2018). Dessas pessoas, 54 conseguem utilizar seu nome social em casa, 57 na escola, 50 no trabalho e 69 com suas amigas. Isso evidencia que menos da metade dessas pessoas conseguem respeito nos ambientes em que habitam e frequentam. Ainda, os resultados dessa pesquisa demonstraram que as pessoas que possuem seu nome e pronomes respeitados socialmente apresentam redução significativa de sintomas depressivos, 29% de diminuição de ideações suicidas e 56% menos comportamentos suicidas (Russell *et al.*, 2018). Evidencia-se, portanto, uma correlação positiva entre saúde mental e respeito ao nome social e pronomes nas populações trans e não binárias. O suporte social é essencial para a manutenção de uma existência digna e de qualidade, para o bem-estar, a inclusão e o pertencimento dessas populações.

Assim, tomando por base o uso da linguagem enquanto comportamento complexo, que carrega elementos com potências diversas, compreende-se que sua produção e reprodução ultrapassam o escopo das legislações, normativas e do próprio Código de Ética Profissional da Psicologia, uma vez que trata, também, de elementos e compreensões presentes na cultura que são próprios da cis-heteronormatividade. Além disso, a Resolução do CRP-08 nº 04/2022 institui a linguagem inclusiva no CRP-PR e recomenda sua utilização à categoria.

Ainda, cabe ressaltar o impacto da linguagem como violência institucional, sobretudo nos serviços especializados de proteção, que objetivam o rompimento de violências já sofridas pelas populações atendidas. Nesse sentido, é cediço que a população trans e não binária encontre dificuldades no acesso aos serviços, visto que, segundo Gomes *et al.* (2022):

As políticas de saúde atuais são construídas a partir da binaridade de gênero. Os cadernos de saúde, utilizados pelos profissionais, direcionam um método de atendimento baseado em conceitos biológicos, procurando atender às necessidades de saúde dos indivíduos que se enquadram nas definições do que se estabelece como pertencente ao gênero masculino e ao feminino.

Logo, a atuação profissional ética da Psicologia demanda ações que rompam com a reprodução de linguagem preconceituosa, violenta e opressora contra pessoas trans e não binárias, respaldadas nos princípios fundamentais que regem a profissão.

3. CONCLUSÃO

Desta forma,

CONSIDERANDO a Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948, que afirma que nenhum humano deverá ser submetido a tratamento degradante ou cruel e que todo ser humano tem igual direito ao acesso ao serviço público do país;

CONSIDERANDO a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, de junho de 1996;

CONSIDERANDO os Princípios de Yogyakarta, de 09 de novembro de 2006, que versam sobre os Direitos Humanos da população LGBTQIAPN+;

CONSIDERANDO o Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016, que trata sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

CONSIDERANDO a criação do Núcleo Transcetrado, em 2023, e a continuidade do Núcleo DIVERGES no CRP-08, que fortalecem e ampliam as discussões sobre diversidade sexual e de gênero;

CONSIDERANDO a Resolução CFP nº 01/2018, que estabelece normas de exercício profissional da Psicologia em relação às pessoas trans;

CONSIDERANDO a Resolução CRP-08 nº 04/2022, que institui o uso de linguagem inclusiva e recomenda sua utilização à categoria;

CONSIDERANDO a Resolução CFP 07/2023, que estabelece normas para o exercício profissional em relação ao caráter laico da prática psicológica;

CONSIDERANDO o Código de Ética Profissional do Psicólogo que explicita que a categoria deve ter compromisso com a dignidade humana e a superação das situações de violência, conforme apontado nos dispositivos descritos a seguir:

Princípios Fundamentais:

- I. O psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos.
- II. O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.
- III. O psicólogo atuará com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural.
- IV. O psicólogo atuará com responsabilidade, por meio do contínuo aprimoramento profissional, contribuindo para o desenvolvimento da Psicologia como campo científico de conhecimento e de prática.
- V. O psicólogo contribuirá para promover a universalização do acesso da população às informações, ao conhecimento da ciência psicológica, aos serviços e aos padrões éticos da profissão.
- VI. O psicólogo zelará para que o exercício profissional seja efetuado com dignidade, rejeitando situações em que a Psicologia esteja sendo aviltada.
- VII. O psicólogo considerará as relações de poder nos contextos em que atua e os impactos dessas relações sobre as suas atividades profissionais, posicionando-se de forma crítica e em consonância com os demais princípios deste Código.

Das responsabilidades:

Art. 2º - Ao psicólogo é vedado:

- a. Praticar ou ser conivente com quaisquer atos que caracterizem negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão;
- b. Induzir a convicções políticas, filosóficas, morais, ideológicas, religiosas, de orientação sexual ou a qualquer tipo de preconceito, quando do exercício de suas funções profissionais;
- c. Utilizar ou favorecer o uso de conhecimento e a utilização de práticas psicológicas como instrumento de castigo, tortura ou qualquer forma de violência;

O Conselho Regional de Psicologia do Paraná (CRP-PR) ORIENTA:

A categoria de profissionais da Psicologia deve:

- 1 - Atuar no atendimento a pessoas trans e não binárias segundo os Princípios Éticos atinentes à profissão, contribuindo com seu conhecimento teórico e técnico para a promoção dos direitos humanos dessa população;
- 2 - Respeitar a autodeterminação identitária de cada pessoa;
- 3 - Respeitar integralmente as identificações de nome e pronomes de cada pessoa;
- 4 - Compreender que a linguagem pode ser instrumento de violência e, por isso, deve atentar para que não reproduza qualquer violência contra as populações trans e não binárias;
- 5 - Zelar pela linguagem inclusiva a todas as pessoas;
- 6 - Atualizar-se continuamente diante dos avanços sociais e políticos a respeito dos direitos das populações trans e não binárias;
- 7 - Preservar as populações trans e não binárias de toda e qualquer manifestação de violência, considerando criticamente as intersecções entre as diversas discriminações relativas a gênero, raça, idade, deficiências, sexualidades, classes e territorialidades;
- 8 - Conduzir intervenções compatíveis com o Código de Ética Profissional da Psicologia, que afirmem a identidade das pessoas e validem sua orientação sexual e identidade de gênero;
- 9 - Auxiliar no desenvolvimento e fortalecimento da rede de apoio da pessoa trans ou não binária, bem como atuar em rede com demais profissionais da saúde que atendam essa pessoa;
- 10 - Assegurar o respeito ao nome e pronomes com os quais a pessoa se identifica na elaboração de documentos, considerando a privacidade, as normativas vigentes a respeito da produção de documentos e a legislação atual, sempre em diálogo com a pessoa atendida, atentando-se para a privacidade no caso de documentos que serão compartilhados com equipes multiprofissionais e priorizando destacar o nome social (no caso de pessoa sem retificação de documentos) em detrimento do nome atribuído em seu nascimento;
- 11 - Considerar o local onde atua e as relações de poder, não compactuando com culturas institucionais discriminatórias e violadoras de direitos das pessoas trans e não binárias;
- 12 - Combater a transfobia institucional e/ou práticas institucionais que condenem, criminalizem, patologizem ou marginalizem as experiências de pessoas trans e não binárias;
- 13 - Atentar para a utilização de instrumentos ou técnicas psicológicas no atendimento de pessoas trans e não binárias, de modo a não criar, manter ou reforçar preconceitos, estigmas, estereótipos ou discriminação por identidade de gênero ou qualquer outro tipo de discriminação;
- 14 - Ao se pronunciar publicamente, garantir o respeito às pessoas trans e não binárias, tratando-as com o nome, pronome e desinência com os quais se identifiquem, contribuindo para dirimir os preconceitos e propagar os direitos humanos dessas populações.

4. REFERÊNCIAS

- ABREU, Ana Claudia da Silva. **Denúncias de feminicídios e silenciamentos**: olhares descoloniais sobre a atuação do sistema de justiça criminal. 1 ed. São Paulo: Blimunda, 2022.
- AGUIAR, Monalisa dos Reis. As reformas ortográficas da língua portuguesa: uma análise histórica, linguística e ideológica. **Filologia e Linguística Portuguesa**, n. 9, p. 11-26, 2007. Disponível em: <doi.org/10.11606/issn.2176-9419.v0i9p11-26>. Acesso em 21 set. 2023.
- ALANKO, Katarina; LUND, Heidi. Transgender youth and social support: A survey study on the effects of good relationships on well-being and mental health. **Young**, v. 28, n. 2, 2020. Disponível em: <journals.sagepub.com/doi/10.1177/1103308819850039>. Acesso em 05 de fevereiro de 2024.
- ALKMIN, Tânia Maria. Sociolinguística. In: Mussalim, Fernanda; Bentes, Anna Christina. **Introdução à Linguística**: domínios e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2001.
- ANSARA, Y. Graviel; HEGARTY, Peter. Methodologies of misgendering: recommendations for reducing cisgenderism in psychological research. **Feminism & Psychology**, v. 24, n. 2, 2014.
- ANZANI, Annalisa; SACCHI, Simona; PRUNAS, Antonio. Microaggressions towards lesbian and transgender women: biased information gathering when working alongside gender and sexual minorities. **J Clin Psychol.**, v. 77, n. 9, p. 2027-2040, 2021. Disponível em: <www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC8453726/>. Acesso em 05 fev. 2024.
- AUSTIN, Ashley; CRAIG, Shelley L.; D'SOUZA, Sandra; MCINROY, Lauren B. Suicidality among transgender youth: elucidating the role of interpersonal risk factors. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 37, n. 5-6, 2022. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32345113/>. Acesso em 05 de fevereiro de 2024.
- BAGNO, Marcos. **A norma oculta**: língua e poder na sociedade brasileira. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- _____. **Língua, Linguagem, Linguística: pondo os pingos nos ii**. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.
- _____. **Preconceito linguístico**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.
- BALDWIN, Aleta; DODGE, Brian; SCHICK, Vanessa R.; LIGHT, Brenda; SCHARRS, Phillip W.; HERBENICK, Debby; FORTENBERRY, James Dennis. Transgender and genderqueer individuals' experiences with health care providers: what's working, what's not, and where do we go from here?. **J Health Care Poor Underserved**, v. 29, n. 4, 2018. Disponível em: <www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC10371218/>. Acesso em 05 fev. 2024.
- BASTOS, João Luiz; FAERSTEIN, Eduardo. **Discriminação e saúde**: perspectivas e métodos. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2012.
- BAUM, Joel; BRILL, Stephanie; BROWN, Jay; DELPERCIO, Alison; KAHN, Ellen; KENNEY, Lisa; NICOLL, Anne. Supporting and caring for our gender expansive youth. 2012. Disponível em: <assets2.hrc.org/files/assets/resources/Gender-expansive-youth-report-final.pdf>. Acesso em 05 de fevereiro de 2024.
- BENEVIDES, Bruna G.. Precisamos falar sobre o suicídio de pessoas trans. 2018. Disponível em: <https://antrabrazil.org/2018/06/29/precisamos-falar-sobre-o-suicidio-das-pessoas-trans/>. Acesso em 05 de fevereiro de 2024.
- _____. **Dossiê**: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023. ANTRA, 2024. 125p. Disponível em: <antrabrazil.org/wp-content/uploads/2024/01/dossieantra2024-web.pdf>. Acesso em 05 de fevereiro de 2024.
- BENTO, Berenice. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- BHAMBHANI, Yash; FLYNN, Maureen K.; KELLUM, Karen Kate; WILSON, Kelly G. Examining sexual racism and body dissatisfaction among men of color who have sex with men: the moderating role of body image inflexibility. **Body Image**, v. 28, p. 142-148, 2019. Disponível em: <www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1740144518304285?via%3Dihub>. Acesso em 05 fev. 2024.
- BINOTTO, Felipe Somavilla; BRUM, Valquíria Martins de; SILVA, Layanne Almeida da; UNFER, Beatriz; TÔRRES, Luísa Helena do Nascimento. Construção do nome social de pessoas trans e aspectos relacionados em um município de porte médio do Sul do Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 29, n. 2, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/z3j3FhjjZ4LscMHChCQBvDL/abstract/?lang=pt>. Acesso em 20 fev. 2024.
- BLOSNIICH, John R.; HENDERSON, Emmett R.; COULTER, Robert W. S.; GOLDBACH, Jeremy T.; MEYER, Ilan H. Sexual orientation change efforts, adverse childhood experiences, and suicide Ideation and attempt among sexual minority adults, United States, 2016-2018. **Am J Public Health**, v. 110, n. 7, p. 1024-1030, jul. 2020. Disponível em: <www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7287530/>. Acesso em 05 fev. 2024.
- BOGDANOVICZ, Fabiane Kravutshke. Programas destinados a "homens autores de violência" e Lei Maria da Penha: uma leitura decolonial. Dissertação (mestrado) - Unicentro, Irati. 2023. Disponível em: <tede.unicentro.br:8080/jspui/handle/jspui/2116>. Acesso em 21 mar. 2023.
- _____; SANTOS, Kátia Alexandra dos. Gênero, não binariedade e colonialidade: uma reflexão decolonial. **Periódicus**, v. 1, n. 20, p. 106-120, jan-abr., 2024. Disponível em: <periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/54680/31821>. Acesso em 20 mar. 2024.
- _____; BERNARDINO, Matheo. Transculturalidades e diversidade de gênero na história humana. **Revista Contato**, Curitiba, v. 146, p. 19-22, abril/maio/junho, 2023. Disponível em: <crppr.org.br/revista-contato/revista-contato-146/>. Acesso em 20 mar. 2024.
- BORDERS, Ashley; GUILLÉN, Luis A.; MEYER, Ilan H. Rumination, sexual orientation uncertainty, and psychological distress in sexual minority university students. **The Counseling Psychologist**, v. 42, n. 4, p. 497-523, 2014. Disponível em: <www.researchgate.net/publication/263040308_Rumination_Sexual_Orientation_Uncertainty_and_Psychological_Distress_in_Sexual_Minority_University_Student>. Acesso em 05 fev. 2024.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1989.
- BRANQUINHO, Bruno Forato; BENEDITO, Leandro Augusto Pinto; CIASCA, Saulo Vito. Síndromes depressivas e ansiosas. In: CIASCA, Saulo Vito; HERCOWITZ, Andrea; LOPES JR, Ademir (eds.). **Saúde LGBTIA+**: práticas de cuidado transdisciplinar. Santana de Parnaíba (SP): Manole, 2021.
- BRÄNSRÖM, Richard; PACHANKIS, John E. Sexual orientation disparities in the co-occurrence of substance use and psychological distress: a national population-based study (2008-2015). **Soc Psychiatry Psychiatr Epidemiol.**, v. 53, n. 4, p. 403-412, 2018. Disponível em: <www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5862943/>. Acesso em 05 fev. 2024.
- BUTLER, Judith. **Corpos que importam**: os limites discursos do "sexo". São Paulo: N-1 Edições, 2023.
- CALAZANS, Gabriela; KALICHMAN, Artur; SANTOS, Mateus Ricardo; PINHEIRO, Thiago Félix. Necessidades de saúde: demografia, panorama epidemiológico e barreiras de acesso. In: CIASCA, Saulo Vito; HERCOWITZ, Andrea; LOPES JR, Ademir (eds.). **Saúde LGBTIA+**: práticas de cuidado transdisciplinar. Santana de Parnaíba (SP): Manole, 2021.
- CARVALHO, Castelar de. Saussure e a língua portuguesa. **Matraga**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 34, jan./jun. 2014. Disponível em: <docplayer.com.br/30911904-Saussure-e-a-lingua-portuguesa.html>. Acesso em 01 set. 2023.
- CASSIANO, Ophelia. **Guia para Linguagem Neutra**. Disponível em: <medium.com/guia-para-linguagem-neutra-pt-br/guia-para-linguagem-neutra-pt-br-f6d88311f92b>. Acesso em 29 ago. 2023.
- CASTRO, Yeda Pessoa de. Das línguas africanas ao português brasileiro. **Afro-Ásia**, v. 14, 1983. P. 81-106. Disponível em: <periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/download/20822/13423>. Acesso em 22 jan. 2024.
- CAVALCANTE, Sílvia. A morfologia de gênero neutro e a mudança acima do nível de consciência. In: BARBOSA FILHO, Fábio Ramos; OTHERO, Gabriel de Ávila (orgs.). **Linguagem "neutra"**: língua e gênero em debate. São Paulo: Parábola, 2022. P. 73-93.

CHRISTIAN, Lisa M.; COLE, Steve W.; MCDADE, Thomas; PACHANKIS, John E.; MORGAN, Ethan; STRAHM, Anna M.; DUSH, Claire M. Kamp. A biopsychosocial framework for understanding sexual and gender minority health: A call for action. **Neurosci Biobehav Rev**, v. 129, 2021. Disponível em: <www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC8429206/>. Acesso em 05 fev. 2024.

CHEN, Runsen; ZHU, Xuequan; WRIGHT, Lucy; DRESCHER, Jack; GAO, Yue; WU, Lijuan; YING, Xin; QI, Ji; CHEN, Chen; XI, Yingjun; JI, Lanxin; ZHAO, Huichun; OU, Jianjun; BROOME, Matthew R. Suicidal ideation and attempted suicide amongst Chinese transgender persons: national population study. **J Affect Disord**, v. 245, 2019. Disponível em: <pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30699856/>. Acesso em 05 de fevereiro de 2024.

CONNELL, Raewyn. **Gênero em termos reais**. São Paulo: nVersos, 2016.

_____; PEARSE, Rebecca. **Gênero: uma perspectiva global**. São Paulo: nVersos, 2015.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Provimento N.º 122 de 13/08/2021. Brasília, DF: CNJ, 2021. Disponível em: <atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/4066>. Acesso em 11 jun. 2023.

CORDOBA, Sebastian. **Non-binary gender identities: the language of becoming**. London/New York: Routledge, 2023.

COMAS-DÍAZ, Lillian; ADAMES, Hector Y.; CHAVEZ-DUEÑAS, Nayeli Y. (ed.). **Decolonial psychology: towards anticolonial theories, research, training and practice**. USA: American Psychological Association, 2024.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. P. 120-138.

DARUNA, John Hilarion. **Introduction to psychoneuroimmunology**. Uk/USA: Academic Press, 2012.

DE GRAAF, Nastasja M.; HUISMAN, Bodi; COHEN-KETTENIS, Peggy T.; TWIST, Jos; HAGE, Kris; CARMICHAEL, Polly; KREUKELS, Baudewijntje P. C.; STEENSMA, Thomas D. Psychological Functioning in Non-binary Identifying Adolescents and Adults. **J Sex Marital Ther**, v. 47, n. 8, 2021. Disponível em: <www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/0092623X.2021.1950087>. Acesso em 05 fev. 2024.

DONAHUE, Kelly; LANGSTRÖM, Niklas; LUNDSTRÖM, Sebastian; LICHTENSTEIN, Paul; FORSMAN, Mats. Familial factors, victimization, and psychological health among sexual minority adolescents in Sweden. **Am J Public Health**, v. 107, n. 2, p. 322-328, 2017. Disponível em: <www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5227941/>. Acesso em 05 fev. 2024.

DYAR, Christina; NEWCOMB, Michael E.; MUSTANSKI, Brian. Longitudinal associations between minority stressors and substance use among sexual and gender minority individuals. **Drug Alcohol Depend**, v. 201, p. 205-211, 2019. Disponível em: <www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6658128/>. Acesso em 05 fev. 2024.

ESPELAGE, Dorothy L.; MERRIN, Gabriel J.; HATCHEL, Tyler. Peer victimization and dating violence among LGBTQ youth: the impact of school violence and crime on mental health outcomes. **Youth Violence and Juvenile Justice**, v. 16, n. 2, p. 156-173, 2018.

ESTRELLADO, Jan E.; FELIPE, Lou; CELESTIAL, Jeannie E. (ed.). **Clinical interventions for internalized oppression**. USA: Cognella Academic Publishing, 2022.

FARACO, Carlos Alberto. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola, 2008.

FATTORACCI, Elisa S. M.; REVELS-MACALINAO, Michelle; HUYNH, Que-Lam. Greater than the sum of racism and heterosexism: intersectional microaggressions toward racial/ethnic and sexual minority group members. **Cultur Divers Ethnic Minor Psychol**, v. 27, n. 2, p. 176-188, 2021. Disponível em: <www.researchgate.net/publication/340045453_Greater_than_the_sum_of_racism_and_heterosexism_Intersectional_microaggressions_toward_raceethnic_and>. Acesso em 05 fev. 2024.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FREITAG, Raquel Meister Ko. Conflito de regras e dominância de gênero. In: BARBOSA FILHO, Fábio Ramos; OTHERO, Gabriel de Ávila (orgs.). **Linguagem "neutra": língua e gênero em debate**. São Paulo: Parábola, 2022. P. 53-72.

GALUPO, M. Paz; BAUERBAND, Loren A. Sexual Orientation Reflection and Rumination Scale: Development and psychometric evaluation. **Stigma and Health**, 1(1), 44-58, 2016. Disponível em: <www.researchgate.net/publication/283829210_Sexual_Orientation_Reflection_and_Rumination_Scale_Development_and_Psychometric_Evaluation>. Acesso em 05 fev. 2024.

GARTHE, Rachel C.; BLACKBURN, Allyson M.; KAUR, Amandeep; SAROL JR, Jesus N.; GOFFNETT, Jacob; RIEGER, Agnes; REINHART, Crystal; SMITH, Doug C. Suicidal ideation among transgender and gender expansive youth: Mechanisms of risk. **Transgender Health**, v. 7, n. 5, 2022. Disponível em: <pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/36644491/>. Acesso em 05 de fevereiro de 2024.

GAZTAMBIDE, Daniel José. **A people's history of psychoanalysis: from Freud to liberation psychology**. Lanham, Maryland: The Rowman & Littlefield Publishing Group, 2019.

_____. **Decolonizing psychoanalytic technique: putting Freud on Fanon's couch**. London: Palgrave MacMillan, 2024.

GIUSTI, Jackeline; LEITE, Rodrigo Fonseca Martins. Suicídio e autolesão não suicida. In: CIASCA, Saulo Vito; HERCOWITZ, Andrea; LOPES JR., Ademir (eds.). **Saúde LGBTIA+: práticas de cuidado transdisciplinar**. Santana de Parnaíba (SP): Manole, 2021.

GOLDBERG, Abbie E.; KUVALANKA, Katherine A.; BUDGE, Stephanie L.; BENZ, Madeline B.; SMITH, JuliAnna Z.. Health Care Experiences of Transgender Binary and Nonbinary University Students. **The Counseling Psychologist**, v. 47, n. 1, 2019. Disponível em: <journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0011000019827568>. Acesso em 05 fev. 2024.

GOMES, Denildo de Freitas; TEIXEIRA, Enéas Rangel; SAUTHIER, Marta; PAES, Graciele Oroski. Restrição de políticas públicas de saúde: um desafio dos transexuais na atenção básica. **Esc. Anna Nery**, v. 26, 2022. Disponível em: <www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452022000100273&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 22 set. 2023. Epub 06-Jun-2022. <http://dx.doi.org/10.1590/2177-9465-ean-2021-0425pt>

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio Janeiro: Zahar, 2020 [e-book].

GOWER, Amy L.; RIDER, G. Nic; BROWN, Camille; MCMORRIS, Barbara J.; COLEMAN, Eli; TALIAFERRO, Lindsay A.; EISENBERG, Marla E. Supporting transgender and gender diverse youth: Protection against emotional distress and substance use. **American Journal of Preventive Medicine**, v. 55, n. 6, 2018. Disponível em: <pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30344037/>. Acesso em 05 de fevereiro de 2024.

HENDRICKS, Michael L.; TESTA, Rylan J. A conceptual framework for clinical work with transgender and gender nonconforming clients: An adaptation of the Minority Stress Model. **Professional Psychology: Research and Practice**, v. 43, n. 5, p. 460-467, 2012. Disponível em: <www.researchgate.net/publication/263916360_A_Conceptual_Framework_for_Clinical_Work_With_Transgender_and_Gender_Nonconforming_Clients_An_Adap>. Acesso em 20 fev. 2024.

HORVATH, Keith J.; YARED, Nicolas; LAMMERT, Sara; LIFSON, Alan; KULASINGAM, Shalini. HIV and other sexually transmitted infections within the gender and sexual minority community. In: SMALLEY, K. Bryant; WARREN, Jacob C.; BAREFOOT, K. Nikki (eds.). **LGBT health: meeting the needs of gender and sexual minorities**. New York: Springer Publishing Company, 2018.

ILARI, Rodolfo. Reflexões sobre língua e identidade. Anais do 6o Encontro Celsul - Círculo de Estudos Lingüísticos do Sul. 2004. Disponível em: <www.leffa.pro.br/tela4/Textos/Textos/Anais/CELSUL_VI/Palestras/Reflex%C3%B5es%20sobre%20o%20C3%ADngua%20e%20identidade.pdf>. Acesso em 22 jan. 2024.

KINGSBURY, Mila; HAMMOND, Nicole G.; JOHNSTONE, Fae; COLMAN, Ian. Suicidality among sexual minority and transgender adolescents: a nationally representative population-based study of youth in Canada. **CMAJ**, v. 194, n. 22, 2022. Disponível em: <pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/35667666/>. Acesso em 05 de

fevereiro de 2024.

KRALIK, Nathaniel; SKINNER, Daniel. Health risk behaviors in the gender and sexual minority population. *In*: SMALLEY, K. Bryant; WARREN, Jacob C.; BAREFOOT, K. Nikki (eds.). **LGBT health: meeting the needs of gender and sexual minorities**. New York: Springer Publishing Company, 2018.

LAMBDA LEGAL. **When health care Isn't caring**: Lambda Legal's Survey of Discrimination Against LGBT People and People with HIV. New York: Lambda Legal, 2010.

LANE, Sílvia Tatiane Maurer. Linguagem, pensamento, e representações sociais. *In*: LANE, Sílvia Tatiane Maurer; CODO, Wanderley (Orgs.). **Psicologia social: o homem em movimento**. 1a reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 1995. P. 32-39.

LEFEVOR, G. Tyler; BOYD-ROGERS, Caroline C.; SPRAGUE, Brianna M.; JANIS, Rebecca A. Health disparities between genderqueer, transgender, and cisgender individuals: an extension of minority stress theory. **J Couns Psychol.**, v. 66, n. 4, p. 385-395, 2019. Disponível em: <pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30896208/>. Acesso em 05 fev. 2024.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. P. 357-377.

_____. Colonialidade e gênero. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. P. 52-83.

MÄDER, Guilherme Ribeiro Colaço. Masculino genérico e sexismo gramatical. Dissertação (Mestrado em Linguística), Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2015. Disponível em: <repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/158447>. Acesso em 24 jan. 2024.

_____; MOURA, Heronides. Masculino genérico em português: uma viagem no tempo. **ReVEL**, v. 21, n. 41, 2023. Disponível em: <www.revel.inf.br/files/d0babe72b41f32a57ea4c423bd696cc3.pdf>. Acesso em 23 jan. 2024.

MARTIN-BARÓ, Ignácio. **Crítica e libertação na psicologia**: estudos psicossociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

MATSUMO, Emmie. Nonbinary-Affirming Psychological Interventions. **Cognitive and Behavioral Practice**, v. 26, n. 4, 2019. Disponível em: <www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1077722918301020?via%3Dihub>. Acesso em 20 fev. 2024.

MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 809-840, set.-dez. 2008. Disponível em: <www.scielo.br/rj/ref/a/7VrRmvB6SNMwQL5r6mXs8Sr/>. Acesso em 27 maio 2023.

MEYER, Ilan H. Minority stress and mental health in gay men. **Journal of Health and Social Behavior**, v. 36, p. 38-56, 1995. Disponível em: <www.researchgate.net/publication/15461517_Minority_Stress_and_Mental_Health_in_Gay_Men>. Acesso em 05 fev. 2024.

_____. Prejudice, social stress, and mental health in lesbian, gay, and bisexual populations: conceptual issues and research evidence. **Psychological bulletin**, v. 129, n. 5, p. 674-697, 2003. Disponível em: <www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2072932/>. Acesso em 05 fev. 2024.

_____. Resilience in the study of minority stress and health of sexual and gender minorities. **Psychology of Sexual Orientation and Gender Diversity**, v. 2, n. 3, p. 209-213, 2015. Disponível em: <www.apa.org/pubs/journals/features/sgd-sgd0000132.pdf>. Acesso em 05 fev. 2024.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

MORANDINI, James S.; BLASZCZYNSKI, Alexander; DAR-NIMROD, Ilan; ROSS, Michael W. Minority stress and community connectedness among gay, lesbian and bisexual Australians: a comparison of rural and metropolitan localities. **Aust N Z J Public Health**, v. 39 n. 3, p. 260-266. 2015. Disponível em: <onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/1753-6405.12364>. Acesso em 20 fev. 2024.

MORRIS, Ezra R.; LINDLEY, Louis; GALUPO, M. Paz. "Better issues to focus on": Transgender microaggressions as ethical violations in therapy. **The Counseling Psychologist**, v. 48, n. 6, p. 883-915, 2020.

MOURA, Heronides; MÄDER, Guilherme R. C.. Reversão de gênero gramatical no Português brasileiro. *In*: BARBOSA FILHO, Fábio Ramos; OTHERO, Gabriel de Ávila (orgs.). **Linguagem "neutra"**: língua e gênero em debate. São Paulo: Parábola, 2022. P. 37-51.

NASCIMENTO, Gabriel. **Racismo linguístico**: os subterfúgios da linguagem e do racismo. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NOBLE, Debbie Mello. Introdução à Linguística. **Linguística avançada**. Porto Alegre: SAGAH, 2017.

NÚÑEZ, Geni. Monoculturas do pensamento e a importância do reflorestamento do imaginário. **Climacom**, v. 8, n. 21, p. 1-8, 2021. Disponível em: <climacom.mudancasclimaticas.net.br/wp-content/uploads/2021/12/GENI.pdf>. Acesso em 05 de fevereiro de 2024.

O'BRIEN, Kimberly H. McManama; LIU, Richard T.; PUTNEY, Jennifer M.; BURKE, Taylor A.; AGUINALDO, Laika D. Suicide and self-injury in gender and sexual minority populations. *In*: SMALLEY, K. Bryant; WARREN, Jacob C.; BAREFOOT, K. Nikki (eds.). **LGBT health: meeting the needs of gender and sexual minorities**. New York: Springer Publishing Company, 2018.

OLIVEIRA, Samuel Gomes de. A linguagem neutra e o ensino de Língua Portuguesa na Escola. *In*: BARBOSA FILHO, Fábio Ramos; OTHERO, Gabriel de Ávila (orgs.). **Linguagem "neutra"**: língua e gênero em debate. São Paulo: Parábola, 2022. P. 177-195.

OYÈWÚMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. P. 84-95.

PACHANKIS, John E.; GOLDFRIED, Marvin R.; RAMRATTAN, Melissa E. Extension of the rejection sensitivity construct to the interpersonal functioning of gay men. **J Consult Clin Psychol.** v. 76, n. 2, p. 306-17, 2008. Disponível em: <www.researchgate.net/publication/5475774_Extension_of_the_Rejection_Sensitivity_Construct_to_the_Interpersonal_Functioning_of_Gay_Men>. Acesso em 05 fev. 2024.

PARRA, Luis A.; BENIBGUI, Michael; HELM, Jonathan L.; HASTINGS, Paul D. Minority stress predicts depression in lesbian, gay, and bisexual emerging adults via elevated diurnal cortisol. **Emerging Adulthood**, v. 4, n. 5, p. 365-372, 2016. Disponível em: <www.researchgate.net/publication/290907975_Minority_Stress_Predicts_Depression_in_Lesbian_Gay_and_Bisexual_Emerging_Adults_via_Elevated_Diurnal_Cortisol>. Acesso em 05 fev. 2024.

PFLUM, Samantha R.; TESTA, Rylan J.; BALSAM, Kimberly; GOLDBLUM, Peter. Social support, trans community connectedness, and mental health symptoms among 34 transgender and gender nonconforming adults. **Psychology of Sexual Orientation and Gender Diversity**, v. 2, n. 3, 2015. Disponível em: <www.researchgate.net/publication/282464127_Social_Support_Trans_Community_Connectedness_and_Mental_Health_Symptoms_Among_Transgender_and_Gender_Nonconforming_Adults>. Acesso em 05 de fevereiro de 2024.

PIRES, Barbara. Gestão de corpos, regulação de integridades: uma reflexão sobre direitos e intersexualidade. *In*: RANGEL, Everton; FERNANDES, Camila; LIMA, Fátima. **(Des)prazer da norma**. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018. Disponível em: <www.academia.edu/38077591/Gestao_de_corpos_regulacao_de_integridades_uma_reflexao_sobre_direitos_e_intersexualidade_Des_Prazer_da_Norma_Colecao_o_Stoner_Editora_Papeis_Selvagens_2018>. Acesso em 11 jun. 2023.

POSSENTI, Sílvio. O gênero e o gênero. *In*: BARBOSA FILHO, Fábio Ramos; OTHERO, Gabriel de Ávila (orgs.). **Linguagem "neutra"**: língua e gênero em debate. São Paulo: Parábola, 2022. P. 17-36.

PUCKETT, Jae A.; LEVITT, Heidi M.; HORNE, Sharon G.; HAYES-SKELTON, Sarah A. Internalized heterosexism and psychological distress: The mediating roles of self-criticism and community connectedness. **Psychology of Sexual Orientation and Gender Diversity**, v. 2, n. 4, p. 426-435, 2015. Disponível em:

<www.researchgate.net/publication/280556482_Internalized_Heterosexism_and_Psychological_Distress_The_Mediating_Roles_of_Self-Criticism_and_Community_Connectedness>. Acesso em 05 fev. 2024.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: <biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_QUIJANO.pdf>. Acesso em 20 fev. 2024.

RAHE, Bernardo Banducci; DIEHL, Alessandra. Uso, abuso e dependência de substâncias. In: CIASCA, Saulo Vito; HERCOWITZ, Andrea; LOPES JR, Ademir (eds.). **Saúde LGBTIA+**: práticas de cuidado transdisciplinar. Santana de Parnaíba (SP): Manole, 2021.

REDE NACIONAL DE PESSOAS TRANS. **Censo Trans**. 2021. Disponível em: <storage.googleapis.com/wzukusers/user-31335485/documents/1522a23d2e24794adee6101db162ce8/REDE-TRANS_Censo-Trans-2020-pub-web.pdf>. Acesso em 05 de fevereiro de 2024.

REDL, Theresa; SZUBA, Agnieszka; SWART, Peter de; FRANK, Stefan L.; HOOP, Helen de. Masculine generic pronouns as a gender cue in generic statements, **Discourse Processes**, v. 59, n. 10, p. 828-845, 2022. Disponível em: <doi.org/10.1080/0163853X.2022.2148071>. Acesso em 18 nov. 2023.

ROSATI, Fau; LORUSSO, Maric Martin; PISTELLA, Jessica; GIOVANNARDI, Guido; GIANNANTONIO, Bianca Di; MIRABELLA, Marta; WILLIAMS, Riccardo; LINGIARDI, Vittorio; BAIOTTO, Roberto. Non-Binary Clients' Experiences of Psychotherapy: Uncomfortable and Affirmative Approaches. **Int J Environ Res Public Health**, v. 19, 2022. Disponível em: <www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC9690436/>. Acesso em 20 fev. 2024.

RUSSELL, Stephen T.; POLLITT, Amanda M.; LI, Gu; GROSSMAN, Arnold H. Chosen name use is linked to reduced depressive symptoms, suicidal ideation, and suicidal behavior among transgender youth. **J Adolesc Health**, v. 63, n. 4, p. 503-505, 2018. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29609917/>>. Acesso em 20 fev. 2024.

RUTH, Richard; SANTACRUZ, Erik (orgs.). **LGBT psychology and mental health**. Westport: Praeger, 2017.

SCANDURRA, Cristiano; MEZZA, Fabrizio; MALDONATO, Nelson Mauro; BOTTONE, Mario; BOCHICCHIO, Vincenzo; VALERIO, Paolo; VITELLI, Roberto. Health of Non-binary and Genderqueer People: A Systematic Review. **Front. Psychol.**, v. 10, 2019. Disponível em: <www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6603217/>. Acesso em 20 fev. 2024.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. **Epistemology of the closet**. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1990.

SHELTON, Kimber; DELGADO-ROMERO, Edward A. Sexual orientation microaggressions: the experience of lesbian, gay, bisexual, and queer clients in psychotherapy. **J Couns Psychol.**, v. 58, n. 2, p. 210-21, 2011. Disponível em: <www.researchgate.net/publication/50998390_Sexual_Orientation_Microaggressions_The_Experience_of_Lesbian_Gay_Bisexual_and_Queer_Clients_in_Psychology>. Acesso em 20 fev. 2024.

STRAUB, Richard Q. **Psicologia da saúde: uma abordagem psicossocial**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

SUE, Derald Wing; SPANIERMAN, Lisa. **Microaggressions in everyday life**. Hoboken: Wiley, 2019.

TALIAFERRO, Lindsay A.; MCMORRIS, Barbara J.; RIDER, G. Nicole; EISENBERG, Marla E. Risk and protective factors for self-harm in a population-based sample of transgender youth. **Archives of Suicide Research**, v. 23, n. 2, 2019. Disponível em: <pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29461934/>. Acesso em 05 de fevereiro de 2024.

TAN, Kyle K. H.; TREHARNE, Gareth J.; ELLIS, Sonja J.; SCHMIDT, Johanna M.; VEALE, Jaimie F. Gender minority stress: a critical review. **J Homosex.**, v. 67, n. 10, p. 1471-1489, 2020. Disponível em: <www.researchgate.net/publication/330750853_Gender_Minority_Stress_A_Critical_Review>. Acesso em 05 fev. 2024.

TAYLOR, Jessica; ZALEWSKA, Agnieszka; GATES, Jennifer Joan; MILLON, Guy. An exploration of the lived experiences of non-binary individuals who have presented at a gender identity clinic in the United Kingdom. **Int J Transgend.**, v. 20, n. 2-3, p. 195-204, 2018. Disponível em: <www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6831017/>. Acesso em 20 fev. 2024.

TESTA, Rylan J.; MICHAELS, Matthew S.; BLISS, Whitney; ROGERS, Megan L.; BALSAM, Kimberly F.; JOINER, Thomas. Suicidal ideation in transgender people: Gender minority stress and interpersonal theory factors. **Journal of Abnormal Psychology**, v. 126, n. 1, p. 125-136, jan. 2017. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27831708/>>. Acesso em 05 de fevereiro de 2024.

TORDOFF, Diana M.; WANTA, Jonathon W.; COLLIN, Arin; STEPNEY, Cesalie; INWARDS-BRELAND, David J.; AHRENS, Kym. Mental health outcomes in transgender and nonbinary youths receiving gender-affirming care. **JAMA Netw Open**, v. 5, n. 2, 2022. Disponível em: <www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC8881768/>. Acesso em 05 de fevereiro de 2024.

TURNER, Dwight. **Intersections of privilege and otherness in counseling and psychotherapy**. London/New York: Routledge, 2021.

_____. **The psychology of supremacy**. London/New York: Routledge, 2023.

UNESCO. **Guidelines on gender-neutral language**. Paris: UNESCO, 1999. Disponível em: <unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000377299?posinSet=481&queryId=edd3e473-f9bc-4ca0-92b9-1bf6f775d972>. Acesso em 18 set. 2023.

VALDISERRI, Ronald O.; HOLTGRAVE, David R.; POTEAT, Tonia C.; BEYRER, Chris. Unraveling health disparities among sexual and gender minorities: a commentary on the persistent impact of stigma. **Journal of Homosexuality**, v. 66, n. 5, 2019.

VALENZA, Giovanna Mazzaro. De lingua latina, de Marco Terêncio Varrão: tradução dos livros VIII, IX e X. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Federal do Paraná, 2010. Disponível em: <acervodigital.ufpr.br/handle/1884/26349>. Acesso em 24 jan. 2024.

VERGUEIRO, Viviane. Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial. In: MESSEDER, Suely; CASTRO, Mary Garcia; MOUTINHO, Laura. (orgs.). **Enlaçando sexualidades: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero** [online]. Salvador: EDUFBA, 2016, pp. 249-270. Disponível em: <books.scielo.org/id/mg3c9/pdf/messeder-9788523218669-14.pdf>. Acesso em 10 maio 2023.

VIEIRA, Amiel; COSTA, Anacely Guimarães; PIRES, Barbara Gomes; CORTEZ, Marina. Intersexualidade: desafios de gênero. **Periódicos**, Dossiê Intersexualidade: desafios de gênero, n. 16, v. 1, set.-dez./2021. P. 01-20. Disponível em: <periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicos/article/view/45725>. Acesso em 11 jun. 2023.

WALLACE, Barbara C.; SANTACRUZ, Erik. Addictions and substance abuse in the LGBT community: new approaches. In: RUTH, Richard; SANTACRUZ, Erik (eds.). **LGBT psychology and mental health emerging research and advances**. Santa Barbara, California: Praeger, 2017.

WEBER, Genevieve; DODGE, Ashby. Substance use among gender and sexual minority youth and adults. In: SMALLEY, K. Bryant; WARREN, Jacob C.; BAREFOOT, K. Nikki (eds.). **LGBT health: meeting the needs of gender and sexual minorities**. New York: Springer Publishing Company, 2018.

WILLIAMS, Monnica T. Microaggressions: clarification, evidence, and impact. **Perspectives on Psychological Science**, v. 15, n. 1, p. 3-26, 2020.

ZIMMAN, Lal. Transgender language reform: some challenges and strategies for promoting trans-affirming, gender-inclusive language. **Journal of Language and Discrimination**, v. 1, n. 1, p. 84-105, 2017. Disponível em: <www.lalzimman.org/PDFs/Zimman2017TransgenderLanguageReform.pdf>. Acesso em 20 fev. 2024.



Documento assinado eletronicamente por **Griziele Martins Feitosa, Usuário Externo**, em 08/05/2024, às 14:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015_008/Decreto%20n%208.539-de-8-de-outubro-de-2015.pdf).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.cfp.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1572622** e o código CRC **0A6AE3C8**.

